

# A paixão sebástica de Frei João da Cruz: algumas notas sobre a vida e a obra de um sebastianista ortodoxo do período da Restauração\*

## 1.1. Um Texto à Procura de Autor

Sabemos, hoje, na realidade, muito pouco – praticamente nada – acerca da personalidade e dos aspectos mais relevantes da vida do autor material do tratado em apreço, *Reino de Portugal Prophetizado a Esdras*. As informações que chegaram até nós – e as que laboriosamente procurámos em bibliotecas, arquivos e cartórios conventuais – não se podem considerar decisivas e concludentes. Permanecem muitos pontos sombrios, muitas dúvidas, de momento, pelo menos, invencíveis.<sup>1</sup>

Algumas razões para este desconhecimento generalizado podem-se encontrar no facto de não se tratar, certamente, de um frade prestigiado e ilustre, conhecido pelo saber, pelos cargos desempenhados, pelo magistério da palavra, no exercício de funções docentes ou na difusão e revigoramento da fé. Os cronistas dominicanos do seu tempo, quando se referem aos seus escritores importantes não mencionam Fr. João da Cruz<sup>2</sup> e o mesmo silêncio se verifica no catálogo de homens insignes da Ordem, na virtude, nas letras, no desempenho

---

\* O texto da publicação corresponde, no essencial, com ligeiras alterações de pormenor, ao 1º capítulo da dissertação apresentada, no âmbito do Mestrado em História da Cultura Portuguesa, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>1</sup> É de crer que alguns dados mais precisos e concretos surjam, num futuro próximo, com a prevista publicação de documentos sobre o século XVII, dando continuidade ao valioso e empenhado trabalho do Arquivo Histórico Dominicano Português, com sede no Porto, que, desde a restauração da Província Dominicana em 1962, tem vindo a reunir informação e a publicitar os resultados da sua investigação. Neste momento, encontram-se já impressos repositórios actualizados e fidedignos sobre os nomes de frades – ilustres ou mais obscuros – que se foram formando nos conventos da Ordem em Portugal anteriores e posteriores ao referido período. Tomámos conhecimento, no entanto, em contactos com o cronista da ordem e grande animador deste projecto, Fr. António do Rosário, que muito gentilmente nos facilitou o acesso às fichas e notas, das dificuldades da pesquisa e da morosidade do processo de organização do repertório do século XVII em curso.

<sup>2</sup> Fr. Lucas de SANTA CATARINA, *Quarta Parte da História de S. Domingos*, II, Porto, 1977, 1217-1234.

de altos cargos e dignidades eclesiásticas.<sup>3</sup> E não são mais esclarecedores os apontamentos e referências impressas com origem em confrades seus que, no momento actual, divulgam a obra realizada e o papel destacado dos religiosos dominicanos no período filipino e na Restauração.<sup>4</sup>

Não sendo uma figura de primeiro plano – não devendo ser confundido com o seu homónimo Fr. João da Cruz, companheiro e confidente de Fr. Bartolomeu dos Mártires, personalidade marcante e prestigiada na Ordem, onde desempenhou vários cargos de relevo – Mestre de noviços, Prior e Provincial<sup>5</sup> –, difícil se torna colher elementos fiáveis que ajudem à montagem de um retrato minimamente consistente e credível. As monografias de origem conventual deparam-se frequentemente com obstáculos incontornáveis no intuito de proceder à satisfação da curiosidade do leitor moderno mais exigente. Muitos registos-base, designadamente assentos de noviciados, profissões religiosas, óbitos, contratos e actas capitulares, ainda não foram, certamente, descobertos e outros, porventura, encontram-se, neste momento, irreversivelmente perdidos.<sup>6</sup>

E mesmo nos casos em que os arquivos conventuais possam eventualmente proporcionar alguma documentação, fornecendo uma boa base e uma matéria referencial indispensável para uma biografia credível e aceitável, nem sempre os apontamentos e as anotações se distinguem pela exigência e pelo rigor, descurando dados que, hoje, reputamos imprescindíveis – nome, idade, cargos e funções –, tornando, por isso, cansativa, delicada e morosa, a tarefa de destrinça e identificação segura de nomes. Estes problemas são acrescidos com frequentes variantes no registo dos nomes e apelidos – alterações e mudanças institucionalizadas no acto de ingresso provisório do candidato, ou no momento

<sup>3</sup> Fr. Lucas de SANTA CATARINA, *Quarta Parte da História de S. Domingos*, II, ed. cit., 1235-1246.

<sup>4</sup> Paradigmático do silenciamento a que foi votado nos registos memorialísticos da Ordem, onde não se faz a mais breve menção do autor e da sua obra, é o curto extracto laudativo de um texto de Fr. Raul de Almeida ROLO, referindo os religiosos dominicanos que, no tempo de Fr. João da Cruz, mais se distinguiram: " Com a restauração do reino, mais uma vez a Ordem Dominicana brilha em novas claridades. Fr. Domingos de S. Tomás, émulo de Vieira, e Fr. Pedro de Magalhães são expoentes de novos fulgores "(*Dominicanos em Portugal*, in *Panorama*, Lisboa, 1962, 3 nn). Ver, ainda, Manuel Lopes de ALMEIDA, *Méritos e Deméritos da História Dominicana em Portugal*, in *Actas do 1º Encontro sobre História Dominicana*, Porto, 1979, 19 e ss.; Fortunato de ALMEIDA, *Literatura Eclesiástica*, in *História da Igreja em Portugal*, tom. III, pt. II, Coimbra, 1917, 316 e ss. .

<sup>5</sup> Fr. Luís de SOUSA, *Vida de Dom Fr. Bartolomeu dos Mártires*, t. II, Lisboa, 1853, Liv. V, 209; Liv. VI, 326; Fr. Lucas de SANTA CATARINA, *Quarta Parte da História de S. Domingos*, ed. cit., 25 e 32.

<sup>6</sup> Cartório Dominicano Português, *Dominicanos em Portugal – Repertório do Séc. XVI*, Porto, 1991, V.

do seu compromisso solene com a comunidade religiosa –, e quando, como é o caso, no mesmo período, nos surgem vários dominicanos com idêntica designação.<sup>7</sup>

No meio de tantas incertezas, há, no entanto, alguns pontos que parecem inquestionáveis. Em primeiro lugar, não há qualquer tipo de dúvida, o autor da obra em análise é um membro eclesiástico – discutível o seu estatuto, a sua dimensão cultural, projecção social na comunidade religiosa e nacional – de uma ordem regular mendicante, a dos Pregadores. Se dúvidas houvesse a esse respeito, o frontispício, ao atribuir a autoria inequívoca do texto a Fr. João da Cruz, acrescenta de imediato: "Religioso da Ordem de S. Domingos".<sup>8</sup> No mesmo sentido se pronuncia Barbosa Machado, juntando ao referido uma curta nota sobre o seu percurso formativo e competência teológica, "aluno da preclaríssima Ordem dos Pregadores, muito perito na inteligência dos Sagrados Profetas".<sup>9</sup>

Com alguma segurança, podemos afirmar que a obra foi produzida em Lisboa, residindo o frade num dos dois conventos da cidade, circunstância evocada indirectamente em certo passo do tratado<sup>10</sup>, facto que não colide minimamente com dados de outra proveniência, revelando a existência de vários frades com idêntico nome nos conventos de S. Domingos de Benfica e de Lisboa, candidatos plausíveis à autoria do trabalho.<sup>11</sup>

Ainda com alguma credibilidade, mas com menor grau de certeza e maior margem de erro, pode-se afirmar que se perfilam três candidatos, com idêntico nome, à paternidade do texto, excluindo a possibilidade, mais ou menos remota,<sup>12</sup> de se verificar aqui o recurso à utilização de um mero pseudónimo:

---

<sup>7</sup> Cartório Dominicano Português, *Profissões nos Conventos de S. Domingos, século XVII*, Porto, 1984, 3, 12, 13, 16, 17, 42, 54, 81.

<sup>8</sup> *BPMP Cod 648*, fl. 2 n. : *Reino de Portugal; sua criação, suscessos, prophetizado pello ceo a Esdras nos capitulos 11; 12; 13 do seu livro 4º. Por frei João da Cruz, Religioso da Ordem de São Domingos*. Nas citações futuras, a obra será identificada pelo código onde está inserida.

<sup>9</sup> Diogo Barbosa MACHADO, *Biblioteca Lusitana*, tom. IV, Coimbra, 1967, 179. Ver ainda, sobre a formação escolar, corrente filosófica inspiradora e juízo crítico global sobre o tratado, José Van BESSELAAR, *O Sebastianismo – História Sumária*, Lisboa, 1987, 112.

<sup>10</sup> *BPMP Cod. 648*, fls. 18 v.º, 30 v.º.

<sup>11</sup> Cartório Dominicano Português, *Profissões...*, ed. cit., 12, 13, 16, 17, 42, 54.

<sup>12</sup> Tenha-se presente o tom irónico assumido pelo autor face à dúvida instalada já na época, sobre a verdadeira identidade do jesuíta Gregório de Almeida [= P. João de Vasconcelos]: "Verdade hé que nem de todos os olhos se podem fiar os acertos destes conhecimentos, porque há alguns de vista tão curat, e tão limitada, que por mais que queirão olhar para as couzas as não conhecem, porque as não enxergão. E há outros que ainda enxerguem, e ainda que as veção, tão bem as não conhecem, porque não olham para ellas como são em sy, senão como querem que seão. Não quizera (por me não meter em vidas alheas) os do Doutor Gregório de Almeida, ou quem quer que hé o que debaixo deste nome

1. Fr. João da Cruz, filho de Paulo da Ponte e de Maria Rebella, religioso originário da cidade do Porto, tendo professado no convento de S. Domingos de Lisboa, em 5/5/1604. O registo de profissão traz averbada uma anotação importante: "Fr. Joannes (cortado : *da Cruz*) (corrigido: *aliás Rabello*)";<sup>13</sup>

2. Fr. João da Cruz, filho de João Vaz, de Castelo Branco, e de Maria Freire, da cidade de Abrantes. O assento de profissão traz uma informação interessante, a idade do noviço e futuro religioso;<sup>14</sup>

3. Fr. João da Cruz, filho de Marcos António Salvado e de Ana Sampaio, natural de Alcobaça, havendo proferido votos solenes em 24/6/1636.<sup>15</sup>

Da curta listagem oferecida, foram afastados dois religiosos que não apresentam requisitos mínimos – um mais do que o outro – de candidatura à paternidade da obra em exame. O primeiro por excesso de anos, tratando-se de um frade que nos princípios do século XVII é já chamado ao desempenho de cargos de responsabilidade na Ordem – Mestre de Noviços, Prior e Provincial –<sup>16</sup> e o segundo por, na data provável de criação do texto, ainda não pertencer à comunidade religiosa dominicana, pois tomou o hábito e professou solenemente, em S. Domingos de Benfica, em 22/2/1676.<sup>17</sup>

Avançar muito para além do que ficou dito constitui empresa arriscada, pois não existem, no momento actual, quaisquer outros elementos disponíveis que suportem tal ousadia. Poder-se-ia, talvez, com algum fundamento, eliminar o primeiro elemento da série, dando acolhimento à anotação de mudança de nome, embora nada se diga quando tal alteração do nome religioso pelo patronímico se verificou. No momento da profissão solene? No ano seguinte, quando um novo frade com o mesmo nome – como de facto ocorre – ingressa na mesma ordem e no mesmo convento de S. Domingos de Benfica? Muitos anos depois? São algumas das questões que se deixam no ar.

O terceiro candidato, levando em linha de conta a breve nota inscrita nos termos do registo do candidato anterior, ou seja, que o acesso à tomada de hábito e profissão solene se efectuará, na generalidade dos casos, pelos 17 ou 18 anos, teria eventualmente uma idade não muito consentânea com a

deu princípio aquele seu livro.... "(BPMP Cod. 648, fl. 12v.)". No entanto, tal procedimento ocorria com alguma frequência, mesmo entre os seus confrades. Tal é o caso de outro dominicano, Fernão Homem de FIGUEIREDO [= Fr. Manuel Homem], autor da obra polémica *Resorreição de Portugal, e morte fatal de Castela* (Guilherme de Monier, Nantes, 1641 ou 1642).

<sup>13</sup> Cartório Dominicano Português, *Profissões* ..., ed. cit., 12.

<sup>14</sup> Cartório Dominicano Português, *Profissões* ..., ed. cit., 12-13: "*fr. Joannes de Cruce 27 die Aprilis anno 1605, decimum septimum egit annum*".

<sup>15</sup> Cartório Dominicano Português, *Profissões* ..., ed. cit., 54.

<sup>16</sup> Cartório Dominicano Português, *Profissões* ..., ed. cit., 3, 12, 13, 16, 17, 42.

<sup>17</sup> Cartório Dominicano Português, *Profissões* ..., ed. cit., 81.

maturidade intelectual exigida para a realização de um trabalho com a erudição e o nível de reflexão teórica patenteado por este representante da tradição escolástica na sua feição tomista. No entanto, ontem, como hoje, porém, havia também vocações tardias... e a experiência, a evolução pessoal, intelectual e afectiva, não se traduz em ritmos uniformes e simétricos em todos os seres humanos...

Por fim, se tudo isto se verificasse – seria tudo bem mais fácil... – o candidato ideal, o mais bem colocado, seria o segundo religioso da série, o único em que se refere a idade exacta no acto do ingresso definitivo no instituto religioso. Mas, como atrás se referiu, são apenas simples conjecturas, mais intuição que solução, pistas que trabalhos ulteriores poderão eventualmente seguir e hipóteses a confirmar, ou desmentir no futuro.

## 1.2. O Autor e os Desafios do seu Tempo

Dois factos políticos marcantes, não necessariamente incontestados,<sup>18</sup> constituem pontos históricos de referência que explicam o sentido da evolução da sociedade portuguesa, a partir do 2º quartel do século XVII. Por um lado, a usurpação da coroa lusa em 1580<sup>19</sup> aos seus herdeiros legítimos e naturais do reino; por outro, o exercício concreto do poder político que, gradativamente, e de uma forma sensível com Filipe IV, manifesta, numa actuação concertada, o

---

<sup>18</sup> Dos dois lados da fronteira, em Portugal e na Espanha, desenvolve-se uma abundante literatura panfletária e polemista, apaixonada e patriótica. Do lado de Portugal, argumentava-se essencialmente com a legitimidade do movimento de libertação, alicerçada na teoria da usurpação e na prova irrefragável da tirania de direito e de facto. Do lado de Castela, utilizavam os polemistas um tipo de raciocínio similar, verberando, no essencial, o comportamento do movimento aclamatório. Cfr. D. Francisco Manuel de MELO, *Manifesto de Portugal*, in *Papéis da Restauração*, selecção e estudo prévio de António Cruz, II, Porto, 1969, 85, 86 e 87; António VIEIRA(?), *Arte de furtar. Espelho de enganar, teatro de verdades mostrador de horas minguadas, gazua geral dos Reinos de Portugal*, estudo crítico e anotações por João Ribeiro, Rio de Janeiro-Paris, 1907, 76-79, 82,87; Luis Marinho de AZEVEDO, *El Principe Encubierto. Manifestado en Quatro Discursos Políticos[...]*, Lisboa, 1642, 1-55.

<sup>19</sup> Também Reis TORGAL considera indispensável o recuo no tempo para a correcta percepção da trajectória dos eventos, na sua vertente socio-política, no período agitado da Restauração: "Esta data [1580] não pode deixar de ser considerada como um marco fundamental para a compreensão do que se passou depois de 1640" (*Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Coimbra, 1981, 69). Ver, ainda, sobre a multiplicidade e hierarquia das causas – materiais e espirituais – que concorrem para o sucesso do movimento aclamatório de 1640, o inventário alargado das desditas do reino no período filipino no interessante e documentado estudo de A. Rodrigues CAVALHEIRO, *Os Antecedentes da Restauração e a Posição do Duque de Bragança*, in *Congresso do Mundo Português*, VII, tom. II, Lisboa, 1940, 16, 17, 18, 19-21.

propósito declarado de esbater ou anular os impedimentos a uma efectiva unidade jurídica dos dois Estados. Os especialistas costumam apontar uma data, que assinala uma alteração estratégica na política filipina relativamente ao destino de Portugal. O momento de viragem situar-se-ia por volta de 1620.<sup>20</sup> Então, de forma clara e transparente, se dão a conhecer sem disfarces os desígnios imperialistas do poderoso vizinho, com o apagamento, à nascença, de quaisquer veleidades independentistas, e o congelamento das regalias, foros e privilégios jurados solenemente nas Cortes por Filipe II, rapidamente esquecidos pelos herdeiros e sucessores.<sup>21</sup>

A resistência nacionalista corporizada em António Prior do Crato, o movimento sebastianista, a Casa de Bragança, o centralismo da corte madrilena, o desgoverno na administração pública, o clientelismo partidário na atribuição de cargos e comendas, o agravamento das condições de vida das populações, a pressão fiscal e tributária, e, por último, mas não menos importante, o forte sentido de autonomia, constituíram os ingredientes decisivos de criação de condições para a intensificação de um movimento inconformista<sup>22</sup> que iria, mais tarde ou mais cedo, eclodir em contestação aberta e generalizada:

---

<sup>20</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, *Sobre a História de Portugal – 1580 e a Restauração* in *Ensaio*, II, Lisboa, 1978, 381. Veja-se como A. H. de Oliveira MARQUES descreve a situação pouco brilhante de Portugal, deterioração progressiva das condições objectivas do reino, induzindo inevitavelmente, a prazo mais ou menos curto, alterações sensíveis nos grupos sociais e no seu relacionamento com os órgãos do poder: "Do ponto de vista económico, a situação piorara desde a década de 1620 ou até antes. Muitas das razões que haviam justificado a união das duas coroas ficaram ultrapassadas com a marcha da conjuntura económica. Todo o Império Português atravessava uma séria crise com a irrupção vitoriosa de Holandeses e Ingleses" (*História de Portugal*, I, Lisboa, 1978, 438). Ver, ainda, Queiroz VELLOSO, *A Dominação Filipina*, in *História de Portugal, Edição Monumental*, V, dir. Danião Peres, Portucalense Editora, 263, 268, 269.

<sup>21</sup> Luiz Augusto Rebello SILVA, *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, tom. II, edição facsimilada, com introdução de Jorge Borges de Macedo, Lisboa, 1971, 624-628. A legitimidade dos Filipes nunca foi um dado pacífico. Documentos vários dão-nos conta duma resistência activa que se inicia com a posse forçada e não pára de ganhar terreno com a aproximação do acto aclamatório. Atente-se no lamento de Filipe II relativamente à postura interventiva de certos elementos do clero em oposição activa, ciosos da liberdade da pátria: "Los predicadores me han hecho mucha guerra, en la entrada y sujecion del Reyno de Portugal"

(Gregório de ALMEIDA, *Restauração de Portugal Prodigiosa*, 1ª pt. Lisboa, 1753, 70). Ver, ainda, Francisco RODRIGUES, *A Companhia de Jesus e a Restauração de Portugal, 1640* in *Anais da Academia Portuguesa de História, Ciclo de Restauração*, vol VI, Lisboa, 1942, 327-405; Joel SERRÃO, *Introdução. As Alterações de Évora no seu Contexto Social*, in D. Francisco Manuel de MELO, *As Alterações de Évora*, Lisboa, 1967, XXIV, XXV e ss.; A. A. Marques de ALMEIDA, *Levantamentos Populares em Portugal no século XVII*, in *História e Sociedade*, nº 2-3, Lisboa, 1979, 24-36.

<sup>22</sup> Raymond CANTEL, *Prophetisme et Messianisme dans l'Oeuvre d'António Vieira*, Paris, 1960, 32, n.50; Hernâni CIDADE, *Autonomia sob os Filipes*, in *Dicionário de História de Portugal*, I, Porto, 1985, 255 – 258. Sobre o papel interventivo do grupo eclesiástico regular e secular, ver

"Não resta dúvida, porém, de que essas vozes críticas e veiculadoras da frustração que o domínio filipino gradualmente provocou, ganharam maior fôlego a partir do decénio de 1630, conforme é possível ver pelos testemunhos deixados. Facilitada por condicionalismos internos e externos conjunturais – económicos, políticos e sociais – a rebelião veio a ser assim mais ou menos encorajada".<sup>23</sup>

Parece, assim, que tal como 1580 não é apenas uma data isolada, um ponto de partida, mas um resultado, o culminar de todo um processo contínuo de alterações anteriores,<sup>24</sup> também 1640 não é compreensível em toda a sua dimensão sem o entendimento das transformações operadas em 1580 – perda da independência e a consagração do modelo da monarquia dualista – ou desse marco intermédio referencial de uma mudança de rumo, a ocorrer em torno dos anos de 1620-1630, quando a primitiva tirania de direito se converte em descabelada tirania de exercício, e o poder concreto se afasta não só da noção do "rei natural",<sup>25</sup> mas se opõe violentamente ao conceito tradicional de "rei e pai".<sup>26</sup>

---

também: A. Rodrigues CAVALHEIRO, *Os Antecedentes da Restauração...* ed. cit., 23-30; João Francisco MARQUES, *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, Porto, 1986, 3-26 e 29-61. Tenha-se, ainda, presente que, apesar dos defeitos do infeliz monarca que se perdeu em África e perdeu o reino, uma imagem globalmente positiva resistia à usura do tempo, alicerçando o saudosismo passadista dos gloriosos tempos dos reis naturais, custando a aceitar aos verdadeiros patriotas que "hum Rey pedido com lagrimas, dado por milagre, nacido com contentamento. criado com amor, amado com extremos, e servido com respeyto, viesse acabar no campo de Alcaecer entre Barbaros, e Alarves" (Luis de Torres de LIMA, *Avisos do Ceo, Sucessos de Portugal. Compendio das mais notáveis cousas que no reino de Portugal aconteceram desde a perda d'el-rei D. Sebastião até o anno de 1627. Com outras cousas tocantes ao bom governo, e diversidade de estados*, Lisboa, 1722, 217).

<sup>23</sup> João Francisco MARQUES, *A Parenética Portuguesa e a Restauração*, 1640-1668, I, Porto, 1989, 3.

<sup>24</sup> Merece um pouco de atenção a radiografia da situação deplorável do reino, nas vésperas da perda da independência, apresentada por Fernand BRAUDEL, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, vol. II, Lisboa, 1984, 559 e ss. Sobre a lenta gestação, em termos políticos, económicos e sociais, da união final dos dois reinos, ver ainda: Vitorino Magalhães GODINHO, *Ensaio*, II, ed. cit., p. 257; Oliveira MARQUES, *História de Portugal*, ed. cit., 415, 416, 417, 418; Jofre Amaral NOGUEIRA, *O Enquadramento Histórico da Revolução de 1640*, in *Vértice, Revista de Cultura e Arte*, nº 304, vol. XXIX (1969), 8, 9, 13.

<sup>25</sup> A literatura apologética aproveitou com novas pormenorizações, ajustando-as ao contexto nacional, a argumentação corrente na Península e na Europa cristã, onde se defendia a licitude da deposição do tirano *ex defectu tituli et ex parte exercitii* e mesmo em certos casos preconizava a sua eliminação radical e definitiva. Ver, entre outros, João Pinto RIBEIRO, *Usurpação, Retenção, Restauração de Portugal*, Lisboa, 1642, in *Papéis da Restauração*, II, ed. cit., 22, 23, 31, 32, 33 e 34; António Carvalho de PARADA, *Justificação dos Portugueses* [...], Lisboa, 1643, in *Papéis da Restauração*, II, ed. cit., 204-207, 208-212; José-Antonio MARAVALL, *La Philosophie Politique Espagnole au XVII ème Siècle*, Paris, 1955, 313, 314, 315-320. Uma exposição sucinta sobre o

Embora não seja possível seguir, com rigor, a trajectória dos diferentes agrupamentos nacionais no período em causa, parece que, pelo menos nos primeiros anos da governação estrangeira, a situação de amplas camadas sociais registou alterações sensíveis, vindo o seu peso e importância crescer, tirando partido das possibilidades abertas por novos mercados de horizontes geográficos mais amplos. Uma burguesia dinâmica e endinheirada, maioritariamente composta por cristãos-novos e judeus, soube agarrar as novas oportunidades conjunturais extremamente benéficas para a intensificação dos seus negócios. A nobreza viu reforçado o seu estatuto de privilégio, aproveitando, da melhor forma, os benefícios e comendas em retribuição dos serviços prestados aos interesses unionistas da coroa espanhola, no desempenho de funções vantajosas na administração pública e no comando prestigiante das forças militares no vasto império luso-espanhol:

"Nos primeiros quarenta anos do domínio filipino, a união da coroa permitiu vencer a crise financeira em que Alcácer-Quibir e a conjuntura de então lançara a nobreza portuguesa, pois os Estados se reforçaram mutuamente quanto à segurança e finanças públicas. Além disso, essa união abria aos fidalgos e cavaleiros portugueses perspectivas de ascensão e melhoria de estado graças aos campos de serviço em grande parte da Europa – e muitos não deixaram de as aproveitar (...) continuando vários deles, consumado 1640, a servir o monarca espanhol e mesmo para Espanha fugirão ainda outros nessa altura."<sup>27</sup>

---

problema jurídico-político que perturbava a consciência dos revolucionários e conspiradores pode ser consultada em: Luis Cunha GONÇALVES, *Os Jurisconsultos da Restauração*, in *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, nova série, vol. XII (Lisboa), 1940, 169 e ss.

<sup>26</sup> Foi este um dos tópicos mais explorados na argumentação dos polemistas nacionais, realçando o contraste da ausência de sentido paternal do domínio filipino. Sobre o simbolismo das armas de D. João II e do tratamento bem diferenciado dos reis naturais, ver: Francisco Velasco de GOUVEIA, *Justa Aclamação do Sereníssimo Rey de Portugal Dom João o IV*, Lisboa, 1644, 286, *apud* João Francisco MARQUES, *A Parenética Portuguesa e a Restauração, 1640-1668*, II. ed. cit., 39: "(...) [ mandou] pôr hum Pelicano nas armas Reais do Reyno com a letra que dizia: Pella ley, & pella grey: querendo mostrar com esta empresa, que así como esta aue, com o seu proprio bico rasga o peito, para com o sangue della, dar vida aos filhos mordidos das serpentes; assi tambem os Rey, e especialmente os deste Reyno, devião procurar tanto o bem commum de seus vassallos, & do mesmo Reyno, que até o proprio sangue com o peito rasgado havião de dar por elle".

<sup>27</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, *Ensaio*, II, ed. cit., 395. Apreciação globalmente positiva dos primeiros anos da administração espanhola pode também ser observada em Oliveira MARQUES: "Depois de mais de dez anos de descalabro governativo [anos de regência e governo pessoal de D. Sebastião], de actos irresponsáveis e de impostos crescentes, estes padrões modelares de administração, que parecem ter sido suficientemente postos em prática, juntos à sábia decisão de manter a identidade do País, explicam grande número de coisas. Durante várias décadas, a nação aceitou menos mal a perda da independência" (*História de Portugal*, ed. cit., 427). Idêntica opinião positiva, ainda que minoritária, sobre os primeiros quarenta anos da política filipina é compartilhada



A partir de 1620, porém, a situação interna deteriora-se rapidamente. O comércio oriental entra em acentuada queda, motivada pela feroz concorrência holandesa e inglesa, provocando inevitáveis reflexos negativos em todo o tecido económico e social:

"Os dezanove anos que a precedem [a Restauração] são, por conseguinte, anos bem duros para os portugueses no Oriente, e em que o seu domínio e actividades económicas sofrem amputações gravíssimas: Ormuz, o comércio com o Japão, Malaca (dois dos pilares do edifício erguido pelo Terrível), a sua navegação entrezada."<sup>28</sup>

A rota do Atlântico não permanece indiferente aos novos ventos de mudança e assiste também, no mesmo período, a uma perturbadora e perigosa inflexão. Franceses e Holandeses atingem violentamente o comércio do açúcar, ameaçando paralisar completamente a actividade económica brasileira, privando-a da mão-de-obra indispensável, os valiosos escravos da costa ocidental africana, e, de um modo geral, reduzindo sensivelmente o volume global dos negócios com a crescente insegurança nas águas internacionais.<sup>29</sup>

À quebra acentuada da oferta no tradicional mercado abastecedor de mão-de-obra da Guiné e Angola, e falta do ouro africano, vieram associar-se os incontornáveis choques internos com a poderosa Companhia de Jesus. Esta gozava do senhorio indisputado em extensas áreas do território brasileiro, aí desfrutando de grande liberdade de movimentos, subtraindo apreciável número de população nativa, distorcendo a oferta interna, agora ainda mais imprescindível às actividades produtivas, às tarefas do desenvolvimento e exploração das enormes riquezas da colónia sul-americana.

Mas não era só no Brasil que os conflitos perturbavam o relacionamento pacífico entre os vários estratos sociais, "também noutras regiões do império, a Companhia opunha seus interesses aos dos outros colonos e mercadores".<sup>30</sup>

Se a saúde da economia nacional se ressentia dos golpes violentos da forte concorrência no comércio externo e dos entraves colocados pela conjuntura<sup>31</sup> à expansão da actividade mercantil, a vida das populações,

---

por outros estudiosos do período em questão. Ver, entre outros, Reis TORGAL, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, I, ed. cit., 74.

<sup>28</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, *Ensaio*, II, 397. Cfr. Oliveira Marques, *História de Portugal*, ed. cit., 432, 433.

<sup>29</sup> H. Oliveira MARQUES, *História de Portugal*, 432 e 433.

<sup>30</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, *Ensaio*, II, 400.

<sup>31</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, *Ensaio*, II, 401. Sobre a conjuntura delicada, não só em Portugal como no estrangeiro, potenciadora de um clima fortemente insurreccional, convém consultar: Joel SERRÃO, *As Alterações de Évora (1637) no seu Contexto Social*, ed. cit., XIII e XIV, XV, XVI, XXII e XXIII; J. Romero MAGALHÃES, *1637: Motins da Fome*, in *Biblas*, vol. LII

principalmente as mais desfavorecidas, iria sentir certamente os efeitos negativos do afrouxamento da actividade produtiva, com consequências gravosas para sociedade civil, perturbando o clima de tranquilidade e paz pública. O avolumar do descontentamento popular induzido pelas nefastas alterações conjunturais era patrioticamente utilizado para atacar o poder político, imputando-lhe a responsabilidade objectiva da crise aguda e, genericamente, dos diferentes males de que padecia a sociedade lusa:

"Mas o grande motor da Restauração vão ser as alterações de Évora e do Algarve, com eco complacente noutros pontos do país. Revoltas da fome – o preço do trigo sobe em Évora de 1623 a 1637 (...) – e contra a opressão fiscal a que a crise do império forçava o Estado."<sup>32</sup>

À ameaça de subversão generalizada que pairava no ar, de forte incidência popular, acrescia o mal-estar progressivo dos grupos possidentes. Mobilizações militares para os distantes teatros de guerra europeus, o corte ou suspensão do pagamento de tenças, benefícios e mercês, que a debilidade da situação económica e financeira do reino não comportava sem o recurso a novas e pesadas formas de tributação – o que veio a ocorrer em 1635, com a extensão a Portugal de um imposto de 5% sobre todos os bens<sup>33</sup> –, acabariam por abalar os frágeis alicerces da confiança e ilusão depositadas no regime estrangeiro, agora, e pela primeira vez de um modo concertado, visto como a

(Coimbra), 1976, 320 e 321; José- Antonio MARAVALL, *La Philosophie Politique Espagnole aux XVII ème Siècle dans ses Rapports avec l'Esprit de la Contre-Réforme*, J.Vrin, Paris, s.d., 60-61. Observe-se ainda o juízo certoiro de Oliveira MARQUES sobre a progressiva degradação das condições de vida população do reino, em consequência da política filipina e dos reflexos da crise económica global que afectava negativamente o poderio espanhol: "Em resumo, se Filipe III conseguiu ainda manter a situação equilibrada, é facto que a administração espanhola se foi tornando cada vez mais impopular em Portugal, difundindo-se por todas as classes um novo elemento de resistência: o chamado Sebastianismo" (*História de Portugal*, ed. cit., 430). Ver, ainda, Reis TORRAL, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, 74 e ss; José M. da Cunha SARAIVA, *Causas do Levantamento da Nação em 1640*, in *Congresso do Mundo Português*, vol VII (Lisboa), 1940, 57-94.

<sup>32</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, *Ensaíos*, II, ed. cit., 402. Cf. Joel SERRÃO, *As Alterações de Évora (1637)*, ed. cit., XXXIX, XLI, XLIII e ss..

<sup>33</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, *Ensaíos*, II, ed. cit., 403. Sobre o aproveitamento patriótico do descontentamento gerado pela pressão fiscal e insucessos das várias políticas sectoriais do governo a nível interno e externo, atente-se no seguinte passo de Oliveira MARQUES: "Se estes desastres houvessem ocorrido sob um monarca português, as reacções teriam porventura sido diferentes, como o foram depois de restaurada a independência. Mas sendo a situação como era, os portugueses deitavam todas as culpas para cima do governo espanhol, de quem esperavam obter defesa, protestando ao mesmo tempo contra o inevitável aumento de impostos e as necessárias reformas do exército que essa defesa exigia" (*História de Portugal*, ed. cit., p. 433). Ver, ainda, Luiz Augusto Rebelo da SILVA, *História de Portugal ...*, IV, ed. cit., 3, 64, 65, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 79, 82.

fonte, e não a solução, dos problemas da família portuguesa a que urgia pôr termo.

O receio, por parte dos detentores seculares do poder e de uma influência insofismável na sociedade conservadora de Seiscentos, de se verem ultrapassados pela dinâmica de um processo revolucionário em gestação, de iniciativa popular e não favorável aos seus interesses de grupo privilegiado, terá concorrido, por necessidade de controlo da situação explosiva, para o apressar da conspiração palaciana com objectivos bem mais modestos<sup>34</sup>.

A somar a tudo isto, a perda da importância de Lisboa, como centro do poder central, capital do império e porto marítimo com uma posição estratégica excepcional, em favor de Madrid, Sevilha ou Barcelona, veio abrir mais uma frente no conflito de interesses que opunham os naturais do reino à posição hegemónica da corte madrilena.<sup>35</sup>

Passada a euforia inicial dos ganhos, de curto prazo, com a monarquia dual, não deveria causar perplexidade, pelas razões apontadas, que o objectivo da restauração/restituição<sup>36</sup> da forma e modelo do governo anterior a 1580 pudesse contar com a adesão abrangente das várias camadas da população do reino, e se equacionasse seriamente, no horizonte das várias saídas para crise aberta, a ruptura violenta como desígnio mobilizador e de pacificação de todo o corpo social:

"Quiseram os revolucionários e o rei D. João IV dar-lhe imediatamente o carácter de unanimidade nacional, para que na Espanha e no resto da Europa,

---

<sup>34</sup> Joel SERRÃO, *As Alterações de Évora*, ed. cit., XXXIX.

<sup>35</sup> Sobre importância das alterações decisivas no comércio oriental e do atlântico, em especial, o peso crescente dos recursos brasileiros na economia portuguesa, e o abalo provocado pelos ataques estrangeiros a essas rotas de navegação no despertar do espírito nacionalista, ver o estudo de Joel SERRÃO, *Em Torno das Condições Económicas de 1640*, separata da revista *Vértice*, Coimbra, 1951, 3-40. Veja-se, a este propósito, a sua tese de que a verdadeira mudança não se verifica em 1580 – um mero acontecimento dinástico – mas mais tardiamente quando se regista o declínio e ameaça de colapso das relações de comércio de Lisboa com o império: "Perdida a independência em 1580, não se verificam, durante os anos seguintes, transformações apreciáveis no domínio económico e social: mantém-se o *statu quo*, apenas com a diferença das inovações políticas aprazadas nas Cortes de Tomar, e mesmo estas, como sabido é, são insignificantes" (*Em Torno das Condições Económicas de 1640*, art. cit., 9). Cfr. Oliveira MARQUES, *História de Portugal*, I, ed. cit., 438 e 439.

<sup>36</sup> A identificação intencional dos conceitos de "aclamação", "restauração" e "restituição" muito frequente na literatura polémica e religiosa coeva, visa essencialmente relevar a venalidade do acto, ferido de ilegalidade à luz do direito internacional público, que consistiu, na sua essência, em puro esbulho aos direitos sucessórios da Casa de Bragança – D. Catarina e descendentes em linha recta – convertendo, deste modo, o acto de libertação numa transferência patrimonial e jurídica da coroa aos seus legítimos detentores. Sobre esta matéria, integrando um conspecto doutrinal da filosofia política dos mais notáveis juriconsultos portugueses, pode ser consultado, com proveito, o excelente estudo de Luís da Cunha GONÇALVES, *Os Juriconsultos da Restauração*, art. cit., 180 e ss..

não julgassem tratar-se de um motim de uma dúzia de fidalgos descontentes, apoiados em algumas centenas de burgueses e populares. Por isso hábil e inteligentemente convocou em Lisboa as Cortes Gerais de 28 de Janeiro de 1641.<sup>37</sup>

Nas cortes, com os três estados da nação reunidos, foi preocupação dominante transmitir para o exterior sinais inequívocos de acalmia e consensualidade. Nem todos os focos de conflitualidade interna e externa estavam, porém, completamente dominados. Embora fosse numerosa a representação do estrato social mais carenciado, nos seus legítimos representantes, e com um valioso trabalho de bastidores a ser levado a cabo por ilustres juristas – João Pinto Ribeiro, António de Sousa Macedo, Francisco Velasco de Gouveia<sup>38</sup> –, a mesma unidade não foi visível nos restantes grupos tradicionalmente preponderantes. Clero e nobreza não patenteavam índices tão elevados de coesão interna, ofereciam ainda uma imagem de divisão e de fractura que, vindo dos primórdios da dominação filipina, iria perdurar ao longo de todo o período da Restauração.<sup>39</sup>

Se o protagonismo da nobreza no desenrolar dos acontecimentos, pelo menos na última fase do processo que conduziu ao triunfo do movimento aclamatório, é ponto assente e consensual, a Restauração apenas "é nobiliárquica depois da repressão dos motins populares e a fim de evitar que novas amotinações degenerem em revolução. E é o apenas parcialmente."<sup>40</sup> Na

<sup>37</sup> Luís da Cunha GONÇALVES, *Os Jurisconsultos da Restauração*, art. cit., p.180. Sobre a adesão popular e os motivos do carácter aristocrático do golpe na sua fase inicial, afirma Reis TORGAL: "(...) o povo foi na realidade, em 1640, apenas uma espécie de pelotão de limpeza, que actuou só depois do movimento eclodir. A sua hesitação e o seu receio justificavam-se plenamente "Ideologia Política..., ed. cit., 82). Ver, ainda, Manuel Lopes de ALMEIDA, *Notícias da Aclamação e de outros Sucessos*, Coimbra, 1940, 3, 4, 5, 7 e 20.

<sup>38</sup> Sobre a dimensão do papel dos juristas e a importância da sua actuação por trás da cena, ideais políticos dominantes acerca da origem e natureza do poder civil vide: TORGAL, *Ideologia Política...*, ed. cit., I, 121, 134, 142, 144; II, 289, 290, 298-300, 300-303, 307-318; Damião PERES, *O Restabelecimento da Independência*, in *História de Portugal. Edição Monumental*, Barcelos, 1933, 278, 279, 280; Damião PERES, *Restauração: Partidários e Adversários*, in *História de Portugal. Edição Monumental*, ed. cit., 19 a 22; João Francisco Aires de CAMPOS, *A Origem do Poder Real e as Cortes de 1641*, in *Academia Portuguesa de História, Anais, Ciclo da Restauração*, vol. VI, Lisboa, 1942, 407- 448.

<sup>39</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, *Ensaio*, II, ed. cit., 406-407. Sobre o comportamento dos duques de Bragança no domínio filipino, resistência de alguns nobres, e eclesiásticos, à candidatura e legitimidade do futuro D. João IV ao título de rei, e oposição aberta à sua governação, ver: Rafael de JESUS, *18 Parte da Monarquia Lusitana*, I, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1958, 430, 431, 433, 434, 435-439, 440-443; A. A. DÓRIA, *Notas*, in Conde da ERICEIRA, *História de Portugal Restaurado*, I, Porto, s/d, 476-479; Rodrigues CAVALHEIRO, *Os Antecedentes da Restauração...*, art. cit., 11-56.

<sup>40</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, *Ensaio*, II, ed. cit., 406.

realidade, muitos nobres, como tinha acontecido durante o regime filipino, persistem ao serviço da coroa espanhola em vários locais do seu vasto império; outros hesitam no partido a seguir e nas opções decisivas a tomar, adiando a sua adesão e dando livre curso a uma onda de suspeições de ambos os lados da fronteira; alguns ainda, face ao sucesso transitório e frágil do novo poder instituído, abandonam o país, instalando-se com residência fixa em Castela; e uma parcela significativa usará sua força de pressão para travar o estado de beligerância com o poderoso vizinho, suspirando pelo passado da união dual ou, mais activamente, conspirando e corroendo os frágeis alicerces do regime nascente.<sup>41</sup>

A posição do corpo eclesiástico em todo o processo também não apresenta uma linha de coerência e de consensualidade que resista a uma observação menos apaixonada: as clivagens internas no seio da clerezia, detectáveis ao longo do regime filipino, manifestam-se porém, com maior vigor e espectacularidade nos seus altos dignitários no começo da dinastia dos Braganças. Se o arcebispo de Lisboa é um destacado e fervoroso patriota, abraçando com entusiasmo a causa do movimento aclamatório, o de Braga é um principais chefes de fila de um grupo de prestigiados elementos do clero – onde, segundo alguns estudiosos, se deve incluir também o Inquisidor-Geral<sup>42</sup> – com participação relevante na trama conspiratória de 1641.<sup>43</sup>

A actuação concreta dos diversos institutos religiosos e do baixo clero também não permite uma interpretação linear. A Companhia de Jesus entregou-se com entusiasmo às tarefas de robustecimento do espírito autónomico, contrastando, de acordo com documentação existente, com a atitude castelhanista explicitada em 1580.<sup>44</sup> Mas nem todas as ordens religiosas se

---

<sup>41</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, *Ensaio*, II, 406; Conde da ERICEIRA, *História de Portugal Restaurado*, ed. cit., I, 298, 304, 306, 308, 309, 310, 316, 318, 320, 321, 409, 504, 505; II, 29-34, 532.

<sup>42</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, *Ensaio*, II, 407.

<sup>43</sup> Conde da ERICEIRA, *História de Portugal Restaurado*, I, ed. cit., 145-146, 149 e 294, 295, 297 e ss; Gastão de Melo de MATOS, *Panfletos do séc. XVII*, in *Academia Portuguesa de História. Anais, Ciclo da Restauração*, vol X (Lisboa), 1946, 21 e 22. Sobre a participação da nobreza no núcleo da resistência aos órgãos legítimos do poder e constituição de um partido favorável aos interesses de Castela, bem como a actuação prudente de D. João IV, procurando captivar os indecisos, distinguindo-os com novos benefícios e ratificando as mercês anteriores, ver: Rafael de JESUS, *18 Parte da Monarquia Lusitana*, I, ed. cit., 306-309; Sobre a persistência, após o castigo exemplar dos traidores, de um foco desestabilizador e castelhanista, fortemente crítico da actuação concreta do rei, pouco dado ao governo da nação e mais preocupado com a caça e a música, ver: Conde da ERICEIRA, *História de Portugal Restaurado*, I, ed. cit., 396, 398 e 399.

<sup>44</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, *Ensaio*, II, 407; Ver, ainda, acerca da colaboração dos jesuítas, Fernand BRAUDEL, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, vol.II, Lisboa, 1984, 560. Sobre a preocupação de Filipe II em garantir o apoio da Companhia de Jesus, cfr.

associaram com a mesma intensidade participativa ao movimento restaurador, destacando-se algumas pela dimensão e natureza da intervenção e outras pela omissão ou desprezível contributo para o sucesso da libertação, autonomia e consolidação do novo governo emergente:

"Na verdade os dados apontados encontram confirmação no que se conhece por outras fontes: os jesuítas e franciscanos foram, no geral, os mais entusiastas defensores de D. João IV, até pelas relações que sempre mantiveram com a Casa de Bragança, acompanhados pelos carmelitas."<sup>45</sup>

Se já, acima, foi sugerido indirectamente o nome da Inquisição como um dos focos da resistência activa, tendo o seu Inquisidor-Geral como um dos principais intervenientes no grupo conspiratório de 1641, fácil se torna compreender as relações complexas e distantes da instituição poderosa com os novos órgãos dirigentes. Assim, conhecidas as ligações estreitas da Ordem Dominicana<sup>46</sup>, talvez se perceba com maior clareza a sua atitude defensiva e reticente, comparativamente aos jesuítas e franciscanos, face à nova dinastia reinante. E, possivelmente, se entenda, com menor dificuldade, a existência de um número considerável de elementos seus – no qual se inclui Fr. João da Cruz – integrando o sector dos sebastianistas ortodoxos com dificuldades de adaptação às novas realidades, que dialogam, talvez melhor, polemizam, com o sebastianismo pró-brigantino, heterodoxo, mais ajustado ao momento histórico vivido na época.<sup>47</sup>

Francisco RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, tom II, vol II, Porto, 1944, 402 e 403, 406 e 408. Sobre as pressões sofridas por vultos importantes da resistência, membros da Companhia com saudades de um rei natural, por parte dos detentores do poder religioso e civil, ver: Francisco RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus...*, ed. cit., 437, 438, 440, 443. Ver, ainda, do mesmo autor, *A Companhia de Jesus e a Restauração de Portugal, 1640*, in *Academia Portuguesa de História, Anais, Ciclo da Restauração*, vol. VI (Lisboa), 1942, 323-405.

<sup>45</sup> João Francisco MARQUES, *A Parenética Portuguesa e a Restauração, 1640-1668*, I, ed. cit., 59. Para uma mais ampla informação sobre a actividade patriótica do clero, circunscrita aqui à sermonária, ver *ibidem*, pp.55-59. Referências genéricas, mas muito frequentes, ao empenhamento patriótico do grupo eclesiástico podem ainda ser observadas em Rebelo da SILVA *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, tom. II, facsimilada com introdução de Jorge Borges de Macedo, Lisboa, 1971-72, 196-198, 565, 603, 609, 610, 611, 616, 621 e 622: t. V, 215, 298, 327; Miguel de OLIVEIRA, *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, 1948, 288 e ss.; Ângelo PEREIRA, *Os Frades Portugueses e as Guerras da Independência*, in *Ocidente*, n° 24, vol. IX, Lisboa, 1940, 289-249.

<sup>46</sup> Entre outros, António José SARAIVA, *Inquisição e Cristãos-novos*, Porto, 1969, 14.

<sup>47</sup> Sobre a ambiguidade da atitude da Ordem Dominicana e o seu verdadeiro papel em 1580, durante o domínio filipino e no período pós-aclamatório, cfr. Raúl de Almeida ROLO, *O Patriotismo de Fr. Bartolomeu dos Mártires*, Braga, 1964, 8, 13, 16, 25, 26 e 27. Do mesmo autor, convém ver: *Dominicanos em Portugal*, separata da revista *Panorama*, Lisboa, 1962, 2 e 3. Bem menos reticente e evasivo, em sentido contrário se pronuncia A. DANVILA y BURGUERO, segundo o qual o célebre arcebispo de Braga não se mostrou tan contrario al adveniento de Filipe II, como han

Toda a acção inquisitorial parece, pois, desenvolver-se com uma lógica autónoma, com um desígnio claro – atacar as debilidades estruturais, de base económica e social, do novo poder emergente, dificultando, ao rei e seus indefectíveis partidários, a satisfação de necessidades crescentes de avultados meios financeiros para a montagem e funcionamento da máquina do Estado em fase de organização. Neste contexto de asfixia financeira, assumiam, como é obvio, especial destaque os custos exorbitantes derivados da criação de uma base de sustentação credível no domínio militar, que oferecesse argumentos sólidos de oposição às previsíveis tentativas de recuperação do estado anterior, de submissão ao poderio castelhano. Os meios do comércio e da banca, em boa medida, detidos por judeus e cristãos-novos, financiadores institucionais dos crónicos saldos negativos das contas públicas, forneciam uma oportunidade excelente para testar, por um lado, a firmeza de princípios e determinação do poder e, por outro, a solidariedade efectiva dos diversos agentes económicos e sociais afectos à nova situação:

"(...) por um lado, com a repressão pertinaz de supostos delitos, em que a cobiça dos bens dos acusados, consoante reconhece o próprio Fortunato de Almeida, e na época todos reconheciam à boca pequena, desempenha papel que não é de desprezar, quebra a unidade nacional, forçando à fuga de muitos dos seus melhores elementos e mina os alicerces da economia do Império Português, semeando a inquietação nos meios de negócios e suscitando extremas desconfianças nos mercados de escoamento no estrangeiro".<sup>48</sup>

---

venido creyendo los portugueses, fundados en algunas palabras del incomparable historiador Fray Luis de Sousa "(*Don Cristobal de Moura, Primer Marqués de Castel Rodrigo (1538-1613)*, Madrid, 1900, 581). Juízo crítico sobre a actuação do arcebispo, apresentado como bom religioso e mau político, pode ser examinado em Rebelo da SILVA, *História de Portugal*, II, ed. cit., 556 e 557. Acerca da vitalidade do sebastianismo ortodoxo, consultar, entre outros, Gregório de ALMEIDA, *Restauração de Portugal*...ed. cit, 1<sup>a</sup> pt, cap. VIII, 46. Sobre a natureza e tipo de argumentação utilizada pelos partidários do Encoberto escondido na figura de D. João IV, conflitualidade entre brigantinos e sebastianistas puros e indirectamente entre duas comunidades religiosas com inegável vocação do poder – Dominicanos e Jesuítas –, com estratégias de actuação próprias em diferentes instâncias jurídicas da censura, do Desembargo do Paço, do Ordinário e do Santo Offício, cfr. Gregório de ALMEIDA, *Restauração de Portugal*..., ed. cit, 1<sup>a</sup> pt., cap. VII, 30-33; Carlos Alberto FERREIRA, *O Sebastianismo e a Aclamação de D. João IV segundo Fr. Manuel Homem*, separata da revista *Biblos*, vol. XXI, Coimbra, 1946, 9, 12, 14 e ss..

<sup>48</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, *Ensaio*, II, ed. cit., 409. Perspectiva semelhante no que diz respeito à posição adpotada pela Inquisição face aos novos poderes emergentes, pode ser respigada no seguinte excerto de Oliveira MARQUES: "E a Inquisição, essa manteve-se favorável a Espanha, posição compreensível se nos lembrarmos de que fora a Inquisição quem praticamente governara Portugal durante a União Ibérica "(*História de Portugal*, I, ed. cit., 442). Conviver com o poderio institucional do Santo Offício, relutante no reconhecimento oficial sem o prévio acordo da Santa Sé, revelava-se extremamente delicado, requerendo sabedoria política e prudência na gestão dos conflitos inevitáveis, como se depreende da elucidativa nota de Reis TORRAL: "Não há dúvida que D. João mantinha grande respeito em relação à Inquisição. Assim na contenda dos Jesuítas de Évora

Em conclusão, parece razoável aceitar que nos deparamos no corpo eclesiástico e da nobreza com profundas fracturas internas que vinham de longe e, em larga medida, persistem, e se aprofundam até, no período da Restauração, divisões sensíveis que vão da adesão fervorosa e patriótica, ao quietismo prudente, ambiguidade e oscilação de acordo com a conjuntura do momento, até à hostilidade aberta face à autonomia do reino.

Se o povo não representa o papel principal – pelo menos na fase inicial do processo do golpe palaciano – embora, como foi apontado, despolette toda a movimentação dos nobres e letrados, a importância da sua acção não pára de crescer, até se tornar com o evoluir dos acontecimentos o mais forte sustentáculo de um poder nascente necessariamente débil, não fugindo às suas responsabilidades e verberando pelo contrário o comportamento pouco ético e as contradições dos restantes grupos privilegiados:

"Convocam-se as Cortes e é separadamente que reúnem os três Estados, mas é o povo que vai suportar o maior fardo do esforço financeiro (de que o clero busca eximir-se). O governador de Tânger, conde de Sarzedas, permanecera fiel a Espanha, e é a população que se revolta, o depõe e substitui por André Elias de França, integrando a cidade na Coroa portuguesa."<sup>49</sup>

Do comportamento da burguesia, em especial dos letrados, não oferece dúvidas a sua participação activa e favorável à causa da autonomia do reino, em todas as fases do conturbado processo reivindicativo. É neste contingente de ilustres polemistas que se alicerça a defesa teórica, no plano doutrinal, do regime; se procura a principal fonte de recrutamento de pessoal diplomático; se efectua o preenchimento, com servidores leais e esclarecidos, do aparelho burocrático do Estado extremamente carecido de quadros competentes.<sup>50</sup>

---

com o Santo Ofício, o rei acabou por ser favorável a este, verificando-se através do texto das cartas régias o respeito que o rei nutria pelo Tribunal "(*Ideologia Política...*, I, ed. cit., 91, n. 1). Sobre as reservas do Santo Ofício ao reconhecimento oficial do novo poder, ver Reis TORGAL, *Ideologia Política...*, I, ed. cit., 89, n. 1. Ainda sobre as relações difíceis do rei com a Inquisição e as posições pró-filipinas do inquisidor geral, D. Francisco de Castro, em particular, ver: António BAIÃO *El-rei D. João IV e a Inquisição*, in *Academia Portuguesa de História, Anais, Ciclo da Restauração*, vol. VI, Lisboa, 1942, 11-70.

<sup>49</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, *Ensaios*, II, ed. cit., 409. Sobre a inequívoca adesão popular, não só com gestos mais ou menos declamatórios, mas com obras, ver: Gregório de ALMEIDA, *Restauração de Portugal...* ed. cit., 20-22; Conde da ERICEIRA, *História de Portugal Restaurado*, ed. cit., 104-105; Luiz Augusto Rebello da SILVA, *História de Portugal ...*, IV, ed. cit., 166, 183; Damião PERES, *Restauração: Partidários e Adversários*, ed. cit., 9, 10-13; Manuel Lopes de ALMEIDA, *Notícias da Aclamação e de outros Sucessos*, Coimbra, 1940, 7, 20, 32; A. H. Oliveira MARQUES, *História de Portugal*, I, ed. cit., 441.

<sup>50</sup> Um exemplo elucidativo, entre outros, que espelha bem as contradições que envolviam o novo regime, de polemistas multifacetados, servidores empenhados e indefectíveis dos interesses nacionais e incompreendidos e injustiçados pela monarquia restaurada, triturados pela máquina de choque do Santo Ofício e abandonados, ou não eficazmente defendidos pelo poder civil. é o homem



A burguesia comercial, sobretudo o sector com laços mais estreitos com o Brasil e os países nórdicos e menos dependente nas suas actividades do comércio com a Espanha – esta favoreceria, como seria previsível, um clima de entendimento e de negociação com o vizinho espanhol ou desejaria ardentemente o regresso ao passado –, apoiaria claramente, ou pelo menos não hostilizaria, o movimento restaurador.<sup>51</sup>

Se os portugueses, na sua quase totalidade, desejavam uma paz duradoura e tinham necessidade urgente de um clima de tranquilidade que permitisse o lançamento de bases sólidas para o futuro, robustecendo a confiança dos vários sectores produtivos da sociedade, consolidando a crença na liberdade reconquistada e na viabilidade do país como nação independente, a realidade encarregar-se-ia de frustrar seus legítimos anseios.<sup>52</sup> Na frente externa e interna, na Europa e nos diversos espaços do seu vasto império, em terra e no mar, as dificuldades do momento colocavam um desafio sério ao novo Portugal, acabado de sair de uma revolta bem sucedida, mas não garantida.<sup>53</sup>

A política de alianças seguida, e a intensa movimentação diplomática, visa essencialmente conquistar apoios na Europa e ganhar tempo, procurando, entretanto, pôr em ordem a vastidão do seu império atacado em várias frentes,

---

de negócios, consul e panfletista, Fernandes Villa Real. Cfr. Iva DELGADQ *Manuel Fernandes Vila Real, Polemista da Restauração*, in *Revista da Biblioteca Nacional*, III, nº 1-2 (Jan. -Dez.), 27 e ss..

<sup>51</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, *Ensaio*, II, ed. cit., 412; Reis TORGAL, *Ideologia Política...*, I, ed. cit., 85, n. 2.

<sup>52</sup> Perspectiva pouco lisonjeira sobre o comportamento global da sociedade Portuguesa no século XVII – "século de decadência", atravessado por uma crise generalizada no domínio económico, intelectual e moral – pode ser apreciada em Graça Almeida RODRIGUES, *Literatura e Sociedade na Obra de Frei Lucas de Santa Catarina (1660 -1740)*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1983, 57-90.

<sup>53</sup> Sobre os esforços no plano diplomático, ver a substanciosa síntese de A. A. DÓRIA *Restauração, Diplomacia da (1640 -1668)*, in *Dicionário de História de Portugal*, V, (dir. Joel Serrão), Porto, 1985, 326-336. Acerca da oposição interna e da espionagem institucionalizada, com agentes duplos e espíões ao serviço e defesa dos interesses conflituantes de Portugal e Espanha, fomentada e reconhecida oficialmente pelos dois poderes beligerantes, cfr. Gastão de Melo MATOS, *Panfletos do Século XVII*, in *Academia Portuguesa de História. Anais, Ciclo da Restauração*, vol. X, Lisboa, 1946, 147-148; Referências várias sobre o fenómeno da espionagem, agentes e dimensão da rede, podem, ainda, ser observadas em: Gastão de Melo MATOS, *Panfletos ...*, art. cit., 88, 103, 104, 108, 110, 119 e 120; Rafael de JESUS, *18 Parte da Monarquia Lusitana*, I, ed. cit., 359, 466-468. Ver, ainda, sobre as dificuldades concretas de preservar a união entre os vários grupos sociais e manter intacta a fé no nacionalismo patriótico, A. H. Oliveira MARQUES, *História de Portugal*, ed. cit., 440, 441 e 442.

limitando o envio de reforços dos seus adversários e tirando o melhor partido do patriotismo dos colonos e indígenas.<sup>54</sup>

Na Europa, no período que decorre até ao Tratado dos Pirinéus, em que os conflitos são localizados, esporádicos e de baixa intensidade, pela dificuldade de aglutinar e mobilizar meios materiais e humanos, Portugal põe em prática uma política realista, essencialmente defensiva, de reforço das fronteiras e de organização de estruturas de apoio logístico que lhe permitam resistir até ao momento da concretização, por via diplomática, do anelado reconhecimento internacional.

"Na realidade a situação de Portugal é extremamente difícil, tanto no exterior como no interior. A Santa Sé opõe recusa obstinada a reconhecê-lo. Durante vinte anos, nenhuma potência o ajuda, não é admitido nos tratados internacionais; a França só se interessa por ele como peão no seu jogo contra a Espanha. Ameaçados interna e externamente, o rei eo governo oscilam e por vezes pendem para ideias loucas: não se chegou a querer ceder aos Holandeses a troco de dinheiro contado o Nordeste brasileiro e não se foi ao ponto de passarm por cima da oposição dos Conselhos e Tribunais Superiores? Não se encarou a eventualidade de deixar a metrópole à Espanha e de se retirar para o Brasil e arquipélagos?"<sup>55</sup>

A situação interior já de si muito delicada complica-se sobremaneira com a morte de D. João IV, ocorrida em 1656, quando seu filho primogénito D. Teodósio, educado com esmero para a sucessão dinástica, havia já falecido, três anos decorridos, em 1653. Dificuldades suplementares para a estabilidade do regime se levantavam então, porque o filho segundo, na linha directa de

---

<sup>54</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, *Ensaio*, II, ed. cit., 414. Exemplo esclarecedor do interesse vital para a novel dinastia assumido pelas missões diplomáticas junto das mais representativas cortes europeias é o episódio rocambolesco dos incidentes ocorridos em Roma, 20 de Agosto de 1642, com o nosso embaixador, D. Miguel de Portugal, espiado pelos esbirros do marquês de Velles, embaixador de Espanha, visando embaraçar os esforços de reconhecimento e acreditação junto da Santa Sé (Cfr. Gregório de ALMEIDA, *Restauração de Portugal...*, ed. cit., 46; Luis Marinho de AZEVEDO, *Exclamaciones Políticas, Juridicas y Morales...*, Lisboa, 1645, 150 e ss.; Conde da ERICEIRA, *História de Portugal Restaurado*, I, ed. cit., 189, 189, 190, 193; Luiz Augusto Rebello da SILVA, *História de Portugal...*, IV, ed. cit., 310, 312, 313, 319, 328, 329 e 330; Francisco RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, tom III, pt. II, ed. cit., 68, 69, 70, 71 e ss; Miguel de OLIVEIRA *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, 1948, 288, 289 e 290). Ver, ainda, sobre a actividade diplomática no período da Restauração, Ângelo RIBEIRO, *Actividade Diplomática da Restauração*, in *História de Portugal*, VI, (dir. Damião Peres), ed. cit., 23-40; Edgar PRESTAGE, *Frei Domingos do Rosário. Diplomata e Político (1595-1662)*, Coimbra, 1926, I e ss. .

<sup>55</sup> Vitorino de Magalhães GODINHO. *Ensaio*, II, ed. cit., 415-416.

sucessão, era física, moral e intelectualmente inapto para as exigentes tarefas da gestão corrente dos negócios públicos.<sup>56</sup>

#### D. Afonso VI – uma sucessão de equívocos em torno de um trono

A regência de D. Luisa de Gusmão<sup>57</sup> inicialmente idealizada a termo certo, durante a menoridade do herdeiro incapaz, foi-se dilatando no tempo<sup>58</sup>

---

<sup>56</sup> A. H. de Oliveira MARQUES, *História de Portugal*, I, ed. cit., 446. Ver. ainda, Ângelo RIBEIRO, *A Organização da Vitória*, in *História de Portugal*, V, (dir. Damião Peres), ed. cit., 77, 79; Ângelo RIBEIRO, *A Deposição de Afonso VI*, in *História de Portugal*, V, (dir. Damião Peres), ed. cit., 101, 102 e 103. Sobre a doença de Afonso VI, numa perspectiva científica e médica, ver Álvaro DÓRIA, *Nota A*, in Conde da ERICEIRA, *História de Portugal Restaurado*, vol. III, Porto, 1945, 436. Uma visão minuciosa e apaixonada dos acontecimentos ocorridos no período da regência de D. Luisa de Gusmão e reinado de Afonso VI, obdecendo a orientações distintas e contrastantes, de acordo com as simpatias e fidelidades dos autores comprometidos com os principais intervenientes nas acções descritas, pode ser observada nas seguintes obras: *Vida Y Sucessos de El Rey Don Alfonso Sexto de Portugal*, in *BPMP Cod. 1047*, fls. (n.n. 5 v.º, 6, 12 v.º, 13, 14 v.º e ss; *Ante Catastrophe. Historia verdadeira da Vida, e dos Sucessos de EL Rey D. Affonso 6º de Portugal, e Algarves*, in *BPMP Cod. 907*, vol. II, cap. II, fls. 7-14; cap. III, fls., 14 v.º-21; cap. IV, fls. 21-30; cap. 13, fls. 77 v.º-81; cap. 18, fls. 103-109 vº; cap. 22, fls. 118 vº e ss.; Leandro Dorea Caceres e FARIA [= Fernando Corrêa de Lacerda], *Catastrophe de Portugal na deposição d'El Rei D. Affonso Sexto, e subrogação do Principe D. Pedro o unico*, Lisboa, 1669, 28, 38, 45, 55, 82, 118, 143, 145, 168, 201, 201, 206, 221 e ss.; Fr. Alexandre da PAIXÃO, *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna. Diário dos factos mais interessantes que succederam no reino de 1662 a 1680, até hoje atribuido infundadamente ao beneditino fr. Alexandre da Paixão*, Lisboa, 1888, 2, 3, 10, 16, 17, 19, 25, 27, 36 e ss..

<sup>57</sup> Acerca do instituto da regência – evolução do conceito, sua importância fundamental no quadro das instituições do Estado Monárquico –, e das três situações previstas para o seu exercício – a menoridade, a doença e ausência do titular da coroa –, ver o estimulante e bem documentado estudo de Martim de ALBUQUERQUE, *As Regências na História do Direito Público e das Ideias Políticas em Portugal*, in *Estudos de Cultura Portuguesa*, I, Lisboa, 1983, 13-33. Aí se mostra com clareza como as questões relacionadas com a tutoria do rei se foram progressivamente autonomizando e destrinchando lentamente das matérias conexas à regência e governo do reino. Se juristas prestigiados advogam as cortes do reino como a sede adequada para a designação do regente e definição do período da incapacidade temporária do futuro rei, não se pronunciou nesse sentido, porém, o direito constitucional português no caso concreto de Afonso VI (Martim de ALBUQUERQUE, *As Regências...*, ed. cit., 24).. Assiste-se, ao invés, à derrota do princípio democrático e ao triunfo da disposição testamentária de D. João IV, como eloquentemente se revela na declaração solene da última vontade do *Restaurador*: "Declaro por successor de meus Reynos ao Principe D. Affonso, meu sobre todos muito amado, e prezado filho, e porque se acha em menoridade, e pelas Leys destes Reynos toca sua tutela, e a dos seus Irmãos. à Raynha minha sobre todas muito amada e prezada mulher, a nomeio por Tutora, e Curadora do dito Principe, e dos infantes meus filhos [...] e porque de muyta prudência, que sempre conheci na Raynha, e da noticia, e experiência, que tem de meus Vassallos[...] a nomeo por Regente, e Governadora delles, em quanto o Principe não tiver a idade, que conforme as Leys e costumes destes Reinos se requerem nas

para além de 1657, gerando mais uma foco de conflito e instabilidade na sociedade portuguesa preocupada com o futuro da nação.<sup>59</sup> A crescer a este elemento perturbador, a intensificação das ofensivas espanholas de 1661 a 1665 veio necessariamente agudizar, ainda mais, a tensa situação vivida no reino e produzir inevitáveis reflexos negativos no processo de consolidação da autonomia política nacional, deixando sequelas difíceis de apagar num futuro

peças Reais, para exercitarem o governo..."(Lopes PRAÇA, *Collecção*, I, 273-274, *apud* Martim de ALBUQUERQUE, *As Regências...*, ed. cit., 25).

<sup>58</sup> Como se viu, o testamento político de D. João IV era parcialmente omissivo na questão delicada e controversa do período da vigência da curadoria e tutela, remetendo para as leis e costumes em uso no reino. Ora os marcos cronológicos da menoridade do sucessor, aceites pela teoria e pela prática política, situavam-se, como regra, nos catorze e vinte cinco anos. Oscilando o período de duração ao sabor das épocas e das conjunturas, tendencialmente fixava-se num limite intermédio, os dezoito anos, o termo da incapacidade política por menoridade do príncipe herdeiro (Cfr Martim de ALBUQUERQUE, *As Regências...*, ed. cit., 30 e 33). Mas no caso concreto de Afonso VI concorriam, como é sabido, duas circunstâncias particulares que configuravam uma situação menos comum e típica, suscitando um maior número de problemas – ao defeito da idade do monarca, suprida naturalmente pelo decurso do tempo, juntava-se uma anomalia física e psíquica em contínua e acelerada degradação. Por isso, se Afonso VI cumpria eventualmente os requisitos da idade mínima, o seu comportamento instável e infantil mostrava que não era detentor de algumas qualidades reputadas como indispensáveis para o exercício das funções públicas (*boni mores, prohibitas animi e mentis sollertia*). Como refere Martim de Albuquerque, não é, pois, de estranhar a atitude da enérgica rainha, decidindo prolongar a regência, cedendo o poder pressionada pelos factos: "Finalmente a viúva de D. João IV viu-se obrigada a entregar o poder a Afonso VI, quando ele não atingira 20 anos, mas, como já se escreveu com razão, "se não fosse o desgosto da Rainha que a compeliu a abandonar o governo, é muito provável que D. Luísa de Gusmão não confiasse a seu filho, antes dos 25 anos, as rédeas do governo""(Martim de ALBUQUERQUE, *As Regências...*, ed. cit., 32). Sobre os apelos à rainha para protelar o acto solene do juramento do rei e, mais tarde, quando o rei tinha idade mas não juízo, ganhar tempo, evitando, assim, expor o reino aos perigos de uma direcção e governo incompetentes, ver Conde da ERICEIRA, *História de Portugal, Restaurado*, III, Livraria Porto, 1945, L. I, 15; L. V, 362, 363, 364, 364 e 365.

<sup>59</sup> Sobre as circunstâncias particularmente difíceis em que a enérgica rainha assumiu a regência, ver Ângelo RIBEIRO, *A Organização da Vitória*, in *História de Portugal*, dir. Damião Peres, ed. cit., 77 e ss. Para uma melhor avaliação da verdadeira grandeza do fardo suplementar colocado aos ombros da regente, atente-se no que, acerca a personalidade do futuro rei, escreve um autor contemporâneo dos sucessos narrados, militante da facção rival, Fernando Corrêa de LACERDA: "Tanto que o Infante D. Afonso foi jurado por Príncipe, cresceu mais o desejo em todos, de que aprendesse a ser bom Rei, porem elle despresando livremente a doutrina, amava soberbamente a isenção, e em ves de guardar decoro á magestade, sô se servia della para pretexto de mais livre soberania" (*Catastrophe de Portugal...*, ed. cit., 13. Um ponto de vista distinto, imputando não ao património genético, à má-indole natural e ao temperamento adverso do príncipe a responsabilidade directa nos desvarios, mas apontando os erros da educação, as discutíveis escolhas dos aios e validos, o favoritismo da rainha direccionado ao Infante, como os principais agentes causadores dos desmandos do jovem monarca, pode ser examinado nas obras *Vida Y Sucessos de El Rey Don Afonso Sexto de Portugal* (ed. cit., fls.nn. 4 v.º, 5 v.º, 6 v.º, 7 e 7 v.º) e *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna...* (ed. cit., 2, 3, 10, 18, 86 e 87).

próximo.<sup>60</sup> O partido de oposição à regente, aproveitando a "série de desastres e fracassos [que] caracterizaram os anos de Regência",<sup>61</sup> foi engrossando suas fileiras, tirando partido do descontentamento com o rumo dos acontecimentos, nomeadamente na condução da guerra, e conspirando, pretendia uma rápida transferência do poder e uma alteração radical das várias políticas sectoriais do governo.

Os fautores do golpe palaciano, que instalou um grupo reduzido de jovens aristocratas ambiciosos na chefia e condução dos negócios públicos,<sup>62</sup> inscreveram no seu programa, como objectivos prioritários da acção governativa de curto prazo, inverter a situação, de insucessos repetidos, na frente militar, sustendo o ímpeto da ofensiva espanhola e, em 2º lugar, dar início a um processo negocial sério, entabulando conversações conducentes a uma paz digna e honrosa para as duas partes beligerantes.

Se o objectivo militar foi atingido com a vitória decisiva em Montes Claros (1665), a tranquilidade suspirada e a normalização da vida política e social, necessárias ao progresso e melhoria da qualidade de vida das populações, ficavam aguardando novas oportunidades. Manobras partidárias, golpes de baixa política, intrigas contínuas, iam minando o terreno do governo a que um rei incompetente não só não soube pôr cobro, e até, em última análise, com o seu comportamento dúbio e eticamente irresponsável, se constituiu em fonte principal de turbulência:

"Nos bastidores manobravam os nobres, visando a restauração dos seus plenos poderes. D. Afonso VI não ajudava à situação, rodeando-se da escória da

---

<sup>60</sup> Uma visão de conjunto da época, filtrada pelo olhar de um soldado-poeta coevo do autor, é-nos facultada no substancioso, e ainda inultrapassado, estudo de Maria de Lourdes Belchior PONTES, *Frei António das Chagas, um Homem e um Estilo do séc. XVII*, Lisboa, 1953. Ver, em especial, o capítulo II, "Fonseca, soldado e poeta", 19 a 63. Sobre os problemas acrescidos que um rei incapaz provocava no espírito da rainha, já suficientemente absorvida com os assuntos ligados à condução das actividades bélicas, ponderando seriamente as vantagens e inconvenientes de pôr termo ao exercício da regência, ver Conde da ERICEIRA, *História de Portugal Restaurado*, III, ed. cit., L. V, 362, 363, 364, 365. O retrato moral do infeliz monarca, e, por contraste, da rainha viúva, avulta com impressionante nitidez no acto solitário das escolhas decisivas, onde se equacionava o futuro individual do príncipe, e colectivo do reino: "Enquanto a rainha gastava o tempo nestes virtuosos exercícios, o empregava el-rei em todos aqueles desacertos, de que devia fugir para se fazer capaz do império que a idade competente lhe manifestava" (Conde da ERICEIRA *História de Portugal Restaurado*, ed. cit., III, L. V, 367).

<sup>61</sup> A. H. Oliveira MARQUES, *História de Portugal*, ed. cit., 446.

<sup>62</sup> Ângelo RIBEIRO, *A Organização da Vitória*, in *História de Portugal*, ed. cit., 90, 91; Ângelo RIBEIRO, *A Deposição de D. Afonso VI*, in *História de Portugal*, ed. cit., 105, 106; Conde da ERICEIRA, *História de Portugal Restaurado*, IV, ed. cit., L. VII, 74, 76, 77, 78, 79, 80

sociedade, em correrias nocturnas pelas ruas e comportando-se como um autêntico salteador e até assassino.<sup>63</sup>

Um novo golpe palaciano e aristocrático bem sucedido, conduzido pelo irmão do rei, D. Pedro, demitiu, em Setembro de 1667, o governo de Castelo Melhor e aprisionou o inábil monarca reinante.<sup>64</sup> As mudanças operadas no governo do país,<sup>65</sup> e fundamentalmente a morte de Filipe IV,<sup>66</sup> criaram finalmente condições propícias para pôr termo a um longo estado de beligerância de mais de duas décadas e abriram caminho ao restabelecimento de normais relações de entendimento e boa vizinhança ardentemente desejadas dos dois lados da fronteira:

---

<sup>63</sup> A. H. Oliveira MARQUES, *História de Portugal*, ed. cit., 449. Ângelo RIBEIRO é ainda mais directo, apontando as razões da génese da crise emergente na órbita do poder— o ataque directo aos interesses do círculo de amizades e influência do irmão do monarca: "D. Pedro, o infante, com os seus catorze anos feitos, viu com desgosto o desterro dos homens que estavam ao seu serviço, como o Conde de Sourc e Rodrigo de Meneses" (*A Deposição de D. Afonso VI*, ed. cit., 106). Sobre a crise latente e a ameaça de ruptura iminente entre duas facções do poder agrupadas em torno dos dois representantes masculinos da Casa Real, escreve Maria de Lourdes Belchior PONTES: "Os partidários do Rei e do Infante, embora só muito tarde se declarassem guerra, degladiavam-se já em surdina" (*Frei António das Chagas...*, ed. cit., 63).

<sup>64</sup> Um relato circunstanciado dos acontecimentos que precipitaram a queda do poderoso valido e a reclusão do infeliz monarca, mostrando eloquentemente como a "intriga amorosa se conjuga com a cabala política" nos labirintos do poder, pode ser consultado no trabalho de Ângelo RIBEIRO, *A Deposição de D. Afonso VI*, ed. cit., 109 a 118. Ver, ainda, Conde da ERICEIRA, *História de Portugal Restaurado*, IV, ed. cit., L. XII, 444, 445, 446, 448, 449, 459, 463, 477 e ss.. Do clima tenso, da ansiedade, e do interesse com que o desenrolar dos acontecimentos palacianos eram seguidos ao nível interno e externo, dá-nos conta o curto excerto do libelo coevo de Fernando Corrêa de LACERDA: "Ao sentimento que todo o reino teve do retiro de S. A. se seguiu em Castela hũa grande esperança da nossa conquista" (*Catastrophe de Portugal...* ed. cit., 145). Veja-se, ainda, como era vivido com intenso dramatismo, nas ruas da capital, o momento político em que se debate acaloradamente o afastamento do valido, antecedendo a tomada do poder pelo partido do Infante: "Começara a inquietar-se o povo no Terreiro do Paço, e para socega-lo foi necessário que suas Magestades e S. A. sahisses às janelas do Paço, donde estiverão meia hora, ouvindo vivas de todos" (Fr. Alexandre da PAIXÃO, *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna...*, ed. cit., p. 19).

<sup>65</sup> Leitura dos acontecimentos um pouco diferente de Oliveira Marques, mais matizada e acentuando os aspectos negativos da assinatura canhestra do acordo, exprime Vitorino Magalhães GODINHO, para quem a alteração política corporizada no partido da paz vencedor levou a "uma paz atamancada com a Espanha e ao tratado de 1669 com a Holanda, consagração da capitulação de 1661" (*Ensaio*, II, ed. cit., 419).

<sup>66</sup> Há referências várias sobre a forte resistência de Filipe IV, até ao momento da sua morte, ao reconhecimento jurídico e oficial, como facto consumado, da separação de Portugal. Cfr. Francisco SILVEDA, *Cartas de Soror Maria de Agreda a Filipe IV*, 2 ts., *passim*, apud João Francisco MARQUES, *A Parenética Portuguesa e a Restauração, 1640-1660*, II, ed. cit., 302, n. 108.

"O tratado de paz pôde assim ser assinado em 1668: reconhecia a independência plena de Portugal e mantinha inalteráveis as suas fronteiras e possessões. Apenas Ceuta permaneceu em poder de Espanha."<sup>67</sup>

Chegados ao termo deste rápido excuro cronológico, impõe-se uma breve reflexão final. Mais do que concluir, é sobretudo o momento de referir métodos e explicitar intenções. Na inventariação sumária dos factos principais, sem cedências à tentação do biografismo fácil e bisbilhoteiro, procurou-se, numa primeira fase da abordagem, destacar os eventos mais significativos que ajudam a apreender – e, sobretudo, compreender –, em toda a sua riqueza e complexidade, a "ambiência epocal". Num segundo momento, a preocupação dominante consistiu no apuramento de um conjunto restrito de acontecimentos internos que se produziram no reino, circunscritos ao período em que, de acordo com a análise interna e externa dos documentos colacionados, o manuscrito original teria sido escrito – o reinado de D. Afonso VI.<sup>68</sup> Privilegiando, nesta fase, a trama política, não se descuraram totalmente, no entanto, outros aspectos e dimensões relevantes da afirmação da comunidade lusa de Seiscentos, procurando resistir, na medida do possível, aos tradicionais "ídolos da tribo dos historiadores" – o "ídolo político", o "ídolo individual" e o "ídolo cronológico" –<sup>69</sup>, hábitos e atitudes que Le Goff certamente coloca como obstáculos epistemológicos de difícil erradicação. O que interessava, no fundo, era perceber como Fr. João da Cruz – ou quem quer que se esconda debaixo deste nome – sentiu os desafios, os problemas, as alegrias e tristezas da vida colectiva nacional, num momento particularmente agitado da nossa história comum. Reduzida à sua expressão mais simples, tratava-se de saber, à luz dos dados hauridos directamente do seu tratado, se o frade dominicano e presuntivo autor do *Reino de Portugal* teria sido um verdadeiro homem do seu tempo.

---

<sup>67</sup> A. H. Oliveira MARQUES, *História de Portugal*, ed. cit., 449.

<sup>68</sup> O problema da datação e da filiação dos vários documentos será objecto de maior pormenorização de análise neste mesmo capítulo, no momento em que se se proceder à sua recensão (Ver, *infra*, notas 84 e 85). Ainda que se não confira importância excessiva à informação veiculada pelo *Cod. 810 BNL*, a leitura atenta do tratado é suficiente para afastar do espírito as dúvidas mais persistentes. Atente-se, entre vários, no seguinte passo da obra: "(...) tão bem cá no nosso reyno de Portugal ouve 20. Reis naturais deste mesmo reino, que tantos, que tantos se contão começando do Conde Dom Henrique, athé o Sñor Rey Dom Affonço o 6º que de prezente possui o reyno...." (*BPMP Cod. 648*, fl. 32 v.º).

<sup>69</sup> O comentário crítico de LE GOFF, e a reprodução de excertos substantivos do artigo notável do economista e sociólogo F. Simiand, onde se denunciava, retomando a célebre metáfora de Bacon, o exagero de uma perspectiva histórica dominante que privilegiava a visão fragmentária, dispersa e difusa da realidade humana e social, pode ser consultado com vantagem no estudo *A História Nova*, in *A Nova História*, (dir. Jacques Le Goff), Coimbra, 1990, 269 e 270.

Não se procurando o que o texto não poderá oferecer, por limitações decorrentes da sua própria natureza de comentário bíblico – uma visão detalhada da sociedade e muito menos uma radiografia dos males que afligiam o corpo social –, convém dizer, desde já, que há no texto afloramentos vários da problemática histórica, onde ecoa a vida angustiada do homem comum. Nesse aspecto, a obra de Fr. João da Cruz traduz o estado de espírito de um homem bem enraizado no seu tempo, profundamente desencantado com o rumo dos acontecimentos nacionais, aspirando por alterações urgentes e decisivas na órbita do poder. Mesmo que, ao referir-se a Afonso VI, esse sentimento se acoberte na fórmula retórica e estereotipada "Deos nos guarde por muitos anos de vida"<sup>70</sup>, o seu propósito bem explícito na obra, como se verá um pouco mais adiante, era mostrar que este não é o seu rei, o príncipe e dirigente à altura das circunstâncias, mas que "há outro vivo"<sup>71</sup> que fará a nação recuperar, finalmente, "as riquezas e as abundâncias"<sup>72</sup> de que esta se orgulhou no passado. Portugal, no reinado de Afonso VI, aparecia a Fr. João da Cruz como retrato fiel dos últimos tempos do reino de Esdras, "reyno fraco e atinuado, e cheyo de turbação".<sup>73</sup> O paralelo bíblico impunha-se com a força de uma evidência inquestionável: "Bem folgaramos nós que nesta parte se não parecesse tanto com aquelle reyno este nosso de Portugal".<sup>74</sup>

Se inquirimos o texto sobre a origem remota das misérias experimentadas pelo povo português naquele preciso momento histórico, a resposta parece não poder ser outra que a invocada pelo autor: o rei que ao "se perder em Africa perdeo o reyno".<sup>75</sup> O sentimento de orfandade está bem presente ainda quando, referindo-se ao desaparecido monarca, D. Sebastião, acrescenta: "(...) todos bem a nossa custa sabemos que perdeo reyno".<sup>76</sup>

Se procuramos saber o que pensa o frade dominicano sobre a actuação de Filipe II, a nossa curiosidade não sai totalmente frustrada: "(...) couza sabida hé de todos, e escripta por muitos que tanto El Rey Phelipe 2º de Castela (que depois foi o 1º dos Reis Castelhanos em Portugal) soube da perda del Rey Dom Sebastião em Africa, e que entrara no governo o Cardeal Dom Henrique com 66. annos, e meyo de idade logo começou a vigiar, e a dar traças (que tinha

<sup>70</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 32 v.º.

<sup>71</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 33 v.º.

<sup>72</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 33 v.º.

<sup>73</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 35.

<sup>74</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 35.

<sup>75</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 33 v.º.

<sup>76</sup> *BPMP Cod. 648*, fls. 33 v.º e 34.



muito boa mão para ellas ) sobre o modo de que teria para se introduzir por Rey deste reyno de Portugal....".<sup>77</sup>

Se o nosso intento é descobrir uma apreciação fundamentada do exercício concreto do poder no período filipino, o nosso esforço não se revelará de todo inútil. O juízo não podia ser mais negativo: "Nos contornos desta cidade de Lixboa tudo foi posto a sacco. Não poderião os excessos, e as tiranias ser maiores, se forão inimigos conquistados. Não melhorarão com a posse os desaforos, e insultos de entrada. Assim se cobrio logo o reyno de prezídios como se fora conquistado por armas [...] Mas que direi das injustiças, dos excessos, dos pedidos, e tributos, vendas de hábitos, officios, e fidalguias, que no tempo deste governo [Filipe IV] padeceo este pobre reyno?".

Se pretendemos conhecer a sua opinião acerca da legitimidade do movimento aclamatório, esta surge bem documentada no extracto seguinte, onde se referem dois reis nacionais que possuiram o reino e o perderam, afastando qualquer suspeição de falso patriotismo: "A primeira [interpretação] hé, que se deve entender del Rey Dom Sebastião de saudoza memoria, e del Rey Dom Phelipe o 4º de Castela: daquelle, porque com se perder perdeo o reino, e deste porque o perdeo com o lançarem fora delle com a felice aclamação do Sñor Rey Dom João o 4.º que Deos tem".<sup>78</sup>

Se buscamos um registo dos acontecimentos dramáticos que perturbaram a vida do reino no governo do *Restaurador*, o texto oferece-nos, pelo menos, um exemplo elucidativo dos incidentes e a análise crítica do comportamento ético dos intervenientes, rei e conspiradores, na óptica de Fr. João da Cruz: "E não obsta que tãobem o dito sñor [D. João IV], mostrou bastante rigor, e aspereza (se bem que com justiça) com os que fes justiça no Rocio, por traidores que esses forão poucos, e ainda que algũas pessoas de muito grande estado, qualidade e nobreza, erão comtudo pessoas particulares".<sup>79</sup>

Para além da percepção genérica de mal-estar asfixiante, do cenário inquietante, nada sabemos, porém, do modo particular de reacção face a ocorrências trágicas concretas,<sup>80</sup> nomeadamente a morte, em Maio de 1653, do

---

<sup>77</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 29 v.º.

<sup>78</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 33 v.º.

<sup>79</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 18 v.º.

<sup>80</sup> O relato detalhado dos acontecimentos, com orientações diversas e propósitos extremados, de acordo com o ponto de vista ideológico dos partidos em cuja órbita se situavam, alimentando-se do contexto polémico da conjuntura – e, por sua vez, também potenciando-o –, pode ser analisado nas memórias coevas que circulavam no tempo em que terá ocorrido a gestação do texto do autor em estudo. Veja-se, a este respeito, *Vida Y Sucessos de El Rey Don Alfonso Sexto de Portugal*, in *BPMP Cod. 1047*, fls. (n.n.) 5 v.º, 6, 12 v.º, 13, 14 v.º e ss; *Ante Catastrope. Historia verdadeira da Vida, e dos Sucessos de EL Rey D. Affonço 6º de Portugal, e Algarves*, in *BPMP Cod. 907*, vol. II, cap. II.

príncipe herdeiro D. Teodósio, dos êxitos e reveses no domínio militar, dos episódios lamentáveis da substituição da viúva rainha por herdeiro inapto e inepto, dos jogos de bastidores nos palácios, do burburinho do poviléu alvoraçado nas ruas, das cenas rocambolísticas de uma jovem e bela rainha em fuga, dos episódios folhetinescos de dois irmãos desavindos e em rota de colisão, da intriga partidária contínua e da conspiração permanente. Sobre estas questões particulares e incidentes de percurso da jovem dinastia que ensombraram o curto reinado do *Vitorioso*, o silêncio é absoluto.

Se o frade cronista, como se evidenciou, sobreleva o analista atento da realidade coeva, o visionário sobrepõe-se incontestavelmente na economia da obra, assumindo a dimensão profética destacado relevo. Impossível resistir, ao compulsar o texto, a uma sensação viva de certo desinteresse e desencanto pelos temas mais escaldantes da actualidade, valorizando Fr. João da Cruz apenas as duas dimensões do tempo susceptíveis de distrair o homem dos cuidados e aflições do momento. Sobre o presente parecia não alimentar dúvidas ou ilusões. A situação era complicada e, a curto prazo, tornar-se-ia, ainda, progressivamente, mais delicada: "(...) se hé que me não engano comigo mesmo, e com o que estes vaticínios me representam: o reino hade chegar a mayores apertos do que os homens hoje imaginão".<sup>81</sup> Sobre o futuro, porém, matéria de reflexão no capítulo III do nosso, acima referido, pequeno estudo introdutório, as certezas estavam à altura das dificuldades presentes. A obra oferecia aos saudosistas dos tempos gloriosos de antanho o segredo da quadratura do círculo, a chave capaz de abrir definitivamente a porta do palácio do reino da felicidade – um rei do passado para o futuro.

### 1.3. *O Texto e os Textos*

Colocada, nos termos anteriormente assinalados, a questão não resolvida da paternidade do documento em presença, outras se colocam ao leitor curioso, a de saber qual o público interessado neste tipo de literatura, a circulação do texto, o esquecimento do autor e da obra – mesmo entre seus confrades – a não

---

fls. 7-14; cap. III, fls., 14 v.º-21; cap. IV, fls. 21-30; cap. 13, fls. 77 v.º-81; cap. 18, fls. 103-109 v.º; cap. 22, fls. 118 v.º e ss.; Leandro Dorea Caceres e FARIA [=Fernando Corrêa de Lacerda], *Catastrophe de Portugal na deposição d'El Rei D. Affonso Sexto, e subrogação do Principe D. Pedro o unico*, Lisboa, 1669, 28, 38, 45, 55, 82, 118, 143, 145, 168, 201, 201, 206, 221 e ss.; Fr. Alexandre da PAIXÃO, *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna. Diário dos factos mais interessantes que succederam no reino de 1662 a 1680, até hoje atribuido infundadamente ao beneditino fr. Alexandre da Paixão*, Lisboa, 1888, 2, 3, 10, 16, 17, 19, 25, 27, 36 e ss.

<sup>81</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 56.

existência de um texto impresso. Mas antes de aflorarmos estas matérias importantes, há uma outra, de não menor complexidade, que necessita ser previamente equacionada. Estamos a referir-nos ao destino do manuscrito original que saiu das mãos do frade dominicano. Vamos, por isso, dar conta da linha de investigação desenvolvida e dos tentames de apuramento dos factos principais relacionados com o problema prioritário da genealogia dos textos.

A obra de Fr. João da Cruz aparece reproduzida ao que se sabe – e temos de reconhecer que sabemos muito pouco – em três documentos que se conservam à guarda de duas das mais importantes bibliotecas nacionais, dois códices em Lisboa e um no Porto. O problema que se coloca neste momento é o de definir o tipo de relação que estes documentos, objecto de recensão neste capítulo, por um lado, mantêm entre si e, por outro, com o texto primitivo grafado pelo verdadeiro ou encoberto religioso. No estado actual das investigações – caracterizado por um notório défice de pesquisa e de reflexão, dado serem inexistentes, até ao momento, os estudos consagrados a esta matéria –, o que podemos afirmar, provisoriamente, com um mínimo de segurança e rigor, resume-se no seguinte:

1. A principal autoridade – praticamente a única – de que nos socorremos para os aspectos bio-bibliográficos foi, sem dúvida, Diogo Barbosa de Machado, já que Inocêncio Francisco da Silva omite qualquer referência ao nome e obra de Fr. João da Cruz. Ora, de acordo com os elementos colhidos na *Biblioteca Lusitana*, sabemos que no século XVIII, o texto do *Reino de Portugal* era possuído por Fr. Afonso da Madre de Deus Guerreiro, religioso da Ordem de S. Francisco. Temos ainda conhecimento que o referido documento trazia inscrito no ante-rostro uma fórmula latina, inserida numa roseta, cujo conteúdo o ilustre bibliófilo publicita. A partir daqui, perde-se o rasto da obra, pois não encontramos a mais leve menção do autor e do seu tratado.

2. Pensamos que os 3 textos referidos são cópias não contemporâneas do autor. Esta convicção, passível certamente de crítica, não é artigo de fé, onde não haja espaço para dúvidas e incertezas. Mas não é, todavia, arbitrária, decorre do exame de factos, que passamos a expor. Os documentos que se conservam na BN estão escritos com letra do século XVIII. Dando crédito à informação avançada nas fichas descritivas dos citados manuscritos, à disposição da consulta pública na Secção dos Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa – e não dispomos de conhecimentos especializados no domínio da paleografia para opor reservas sérias –, o caso estaria devidamente esclarecido e encerrado. Problema diferente, e de maior complexidade, envolve a abordagem da cronologia e qualificação do manuscrito do Porto. Estaremos em presença do texto saído directamente das mãos de Fr. João da Cruz? Deparar-nos-emos com um trabalho de encomenda, mas supervisionado pelo

autor, de grande apuro técnico, com alto grau de fiabilidade, praticamente ao nível de um texto autógrafo? Tratar-se-á do exemplar, a que Barbosa Machado aludia como sendo detido por Fr. Afonso da Madre de Deus Guerreiro? Ou teremos de o inserir na mesma categoria de outros exemplares paralelos conhecidos ou em paradeiro incerto? Embora as razões sejam discutíveis, são as seguintes as que fundamentam a posição inicial:

a) Ainda que o manuscrito portuense seja o que mais se aproxime do paradigma textual indiciado na referência de Barbosa de Machado, pois é o único, como se verá adiante na apresentação dos textos, que transporta no anteposto, inscrita numa pequena rosácea, a fórmula latina mencionada – dois elementos que atraíram a atenção do insigne estudioso –, a informação que nos é oferecida é muito lacunar, omitindo outros aspectos fundamentais para uma correcta avaliação desta matéria. Na realidade, a memória não especifica se o texto possuído pelo erudito religioso franciscano, e compulsado pelo douto bibliófilo, era o manuscrito original ou simplesmente uma reprodução coeva que, eventualmente, terá sofrido a mesma sorte do registo primitivo. A acrescentar à ambiguidade ou imprecisão desnorteante da anotação do ilustre académico, versando sobre a qualidade e procedência do exemplar consultado, o esquecimento total da mais ligeira alusão à eventual presença de valores estéticos materializados no frontispício, profusamente ornamentado no espécime nortenho, cria dificuldades suplementares a avanços rápidos e seguros no processo de identificação e cronologia das duas lições distintas de um mesmo texto. Hipótese porventura não menos consistente que a tese da originalidade, consistiria em admitir que o exemplar portuense, valorizando todas as coincidências e indícios detectados, se limitaria a uma versão distinta do original, da responsabilidade do religioso franciscano. Conhecida a sua paixão arquivística – e pela exumação de materiais antigos que jaziam abandonados em depósitos poeirentos, actividade recompensada com uma nomeação para sócio supranumerário da Academia Real da História<sup>82</sup>–, não repugna aceitar a sua intervenção directa na origem do traslado da obra de Fr. João da Cruz, bem como na reprodução dos restantes documentos incluídos no mesmo códice.

b) O texto do Porto encontra-se inserido num códice que contém vários outros documentos, redigidos com o mesmo tipo de letra – facto que não passa despercebido a um simples observador atento, embora desprovido de conhecimentos técnicos especializados. Para encurtar razões – esquecendo os restantes documentos de menor dimensão e valia –, não parece, à partida, muito provável que um poema heróico de alguma extensão, intitulado *Monarquia*

---

<sup>82</sup> D. Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, I, ed. cit., 40.

*Lusitana* da autoria de Inácio de Guevara,<sup>83</sup> produzido também nas imediações do ano de 1660, pudesse ser copiado e fazer parte da colecção privada de textos sebásticos de Fr. João da Cruz. Mas não é de excluir, em tese, essa possibilidade, conhecida a propensão e apetência dos sebastianistas mais extremos pela recolha e reprodução de textos tematicamente agrupados em torno da esperança no regresso do Encoberto. E Fr. João da Cruz, como teremos ocasião de assinalar mais adiante, era um homem de fortes convicções sebásticas.

c) É um texto muito perfeito, praticamente sem rasuras, com os reduzidos lapsos corrigidos com recurso à técnica forense e notarial de ressalva, correntia nos documentos solenes, intermediando a palavra "digo". Ao examinarmos a sua composição, em especial a dos dois fólhos iniciais, difícil se torna resistir à sensação de que estamos perante um texto cuidado, onde se faz sentir a marca de um escrevente qualificado e sensível aos valores estéticos.

d) É um espécime não foliado nem paginado, embora se possa admitir que a numeração tenha sido eliminada no momento da encadernação, quando o referido códice foi aparado.

Em resumo, temos plena consciência que as razões seriadas – ponderáveis, umas e menos convincentes, outras –, sobretudo se invocadas isoladamente, não escondem alguma fragilidade. Tomadas, porém, no seu conjunto, concorrem para reforçar a ideia inicial de que muito provavelmente também este manuscrito é, como os restantes – mas de inegável melhor qualidade –, uma cópia do século XVIII proveniente de escriba anónimo e profissional ou, seguindo a pista fecunda de Barbosa Machado, a merecer maior exploração no futuro, ortografada pelo punho de Fr. Afonso da Madre de Deus Guerreiro.

Infelizmente – temos de o reconhecer com mágoa –, desconhecemos, em absoluto, a procedência do manuscrito da Biblioteca Pública do Porto. Não sabemos em que condições concretas o seu último possuidor, livreiro ou biblioteca privada, procedeu à transferência jurídica da titularidade da obra, impedindo uma adequada avaliação do circuito e dos meios mais interessados na sua leitura e difusão. Não temos conhecimento, por último, de qualquer outro documento autografado saído do punho do frade dominicano, que poderia funcionar como ponto de referência e critério de recurso na apreciação desta matéria complexa, de destrinça do original de uma cópia coeva, ou mesmo

---

<sup>83</sup> A este autor não faz qualquer alusão a *Biblioteca Lusitana* de Barbosa Machado. Merecem, no entanto, autor e obra uma breve notícia no *Diccionario Bibliographico* de Inocêncio da Silva. Sob o apreço, significado e difusão da referida obra entre os sebastianistas, escreve Inocêncio F. da SILVA: "Sebastianistas guardavam as cópias em muita estima com os demais papéis que serviam de fundamento à sua seita" (*Diccionario Bibliographico Portuguez*, III, Lisboa, 1859, 208).

posterior. Infelizmente, o humilde frade dominicano – seja-nos permitido recordar o que alguém, com apreciável sentido humor, referiu como uma constante histórica dos períodos mais recuados – não deixou, obviamente, Bilhete de Identidade... nem outro qualquer tipo de papel assinado ou rubricado – acrescentamos nós –, o que simplificaria notavelmente o necessário trabalho de comparação de textos e escritas...

Apresentadas de modo sumária as poucas certezas – e as muitas dúvidas – adquiridas na tentativa de aclaração dos nexos dos vários textos com o manuscrito original, entremos, de seguida, na discussão de outras questões preliminares anteriormente enunciadas. A primeira destas a merecer uma fugidia referência é a que se prende com o consumo social do texto. Hoje, sabemos que o texto circulou – há 3 exemplares manuscritos conhecidos, presumivelmente cópias do século XVIII –<sup>84</sup>, tinha um público próprio, por certo, maioritariamente eclesiástico,<sup>85</sup> foi lido e glosado, como diversas notas marginais documentam, principalmente nos dois códices conservados na Biblioteca Nacional. Saber se ainda existe o original e qual o seu paradeiro, se se conservam outras cópias à espera de ser exumadas e colocadas à luz do dia, descobrir a razão de não ter sido transposto para texto impresso, são outras questões indecisas que aguardam solução. Parece, no entanto, lógico esperar que a divulgação de uma obra dependa em larga medida não apenas do fôlego e merecimento da mesma, mas também do prestígio, gabarito intelectual e projecção da personalidade do criador, dos cargos exercitados na Ordem ou na sociedade civil, do reconhecimento e importância do instituto religioso, das relações com o poder institucionalizado civil e religioso. É preciso não esquecer que o processo burocrático de concessão de vistos e licenças necessárias era apertado, facto que era acentuado pela luta ideológica e política, pela clivagem entre sebastianistas puros e brigantinos.<sup>86</sup>

---

<sup>84</sup> Texto veiculado pelos manuscritos da *BN Codd. 810* (fls. 172-248), *400* (fls. 1-71) e *BPMP Cod. 648* (fls. nn.).

<sup>85</sup> D. Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, ed. cit., tom. IV, 178. Aqui se declara que o texto de Fr. João da Cruz – o original ou a cópia, não sabemos – se conservava na posse de Fr. Afonso da Madre de Deus Guerreiro, académico supranumerário da Academia Real.

<sup>86</sup> Um caso emblemático do peso do factor ideológico e político, e da rivalidade entre ordens religiosas, na concessão de licenças pode ser observado non relato irónico e insofrido do seu confrade Fr. Manuel Homem. Cfr. Carlos Alberto FERREIRA, *O Sebastianismo e a Aclamação de D. João IV, segundo Fr. Manuel Homem*, sep. de "Biblos", vol. XXI, Coimbra, 1946, 9, 12, 14 e ss. Ver, ainda, Jorge Borges de MACEDO, *Livros Impressos em Portugal no Séc. XVI*, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. IX, Paris, 1975, 190, nota de rodapé, reportando-se ao século XVI, mas que bem se pode estender ao século imediato: "(...) [Dar] às censuras do século XVI uma feição só de defesa das ortodoxias ou só de motivação religiosa é um erro que no estado actual da investigação, se não justifica."

À vigilância censória prévia do Desembargo do Paço, e à revisão do Ordinário acrescia ainda o exame do Tribunal do Santo Ofício. Neste, ficava a obra candidata à aprovação final sujeita a um complicado mecanismo jurídico com dois momentos bem marcados – uma fase rodeada de certo secretismo a que se seguia uma outra de maior visibilidade e exposição pública –, inibindo inequivocamente a expressão do pensamento pela imprensa nascente, não só no período filipino, mas ainda, em larga medida, a mesma política se continua e reforça no período da Restauração.<sup>87</sup>

Dado que se desconhece a localização do texto autógrafa – irremediavelmente perdido ou apenas temporariamente ignorado, aguardando a sorte de investigador mais feliz – vamos tentar apresentar, nas suas grandes linhas, os três documentos, neste momento, acessíveis ao público curioso.

#### BNL Cod. 400

Não se tratando do manuscrito original, mas de uma cópia do século XVIII, conserva-se em bom estado geral, na Biblioteca Nacional, num códice que contém vários outros documentos de conteúdo sebastico, ocupando 286 fôlios, com diversos em branco. O texto de Fr. João da Cruz constitui o início introdutório (fl. 1-72) de uma alargada miscelânea de feição sebastianista.

No rosto traz inscrito: "Reyno de Portugal, sua creação, e sucessos profetizados pello ceo a Esdras. Nos capitulos 11= 12= e 13 do seu Livro 4. Por Frey João da Cruz da Ordem de São Domingos". Segue-se um próêmio em que se justifica a glosa do livro de Esdras, apesar da sua não-canonicidade, apoiando-se sobretudo nos argumentos dos Padres da Igreja, Santo Ambrósio e Santo Agostinho.<sup>88</sup>

Na primeira parte, a menos extensa, contendo apenas quatro capitulos, o autor reproduz, na quase totalidade, o conteúdo vertido nos versículos de Esdras relacionados com os sonhos e a explicação divina.<sup>89</sup> A segunda parte, com maior

---

<sup>87</sup> José Sebastião da Silva DIAS, *Censura Literária em Portugal*, in *Dicionário de Literatura*, dir. de Jacinto Prado Coelho, vol. 1, Porto, 1973, 174-175; Laureano CARREIRA, *O Teatro e a Censura em Portugal na Segunda Metade do Século XVIII*, Lisboa, [1980], 31-37. Ver ainda a nota erudita e actualizada sobre a censura prévia e repressiva das várias instâncias do poder civil e religioso, em João Francisco MARQUES, *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, Porto, 1986. 319-320.

<sup>88</sup> BNL Cod. 400, fl. 2-3.

<sup>89</sup> BNL Cod. 400, fl. 3 v.º-13.

desenvolvimento, integrando seis capítulos, o autor mobiliza vários argumentos, procurando sublinhar o paralelismo entre o conteúdo das visões de Esdras e os desenvolvimentos da história nacional, concluindo ser o mesmo reino e os mesmos reis ali retratados profeticamente.<sup>90</sup> Na terceira parte, Fr. João da Cruz, ao longo de nove capítulos, preocupa-se com a exegese bíblica do controvertido leão de Esdras, destinando um último e longo capítulo à resposta, muito fundamentada, às objecções da crítica coeva à sua leitura pessoal e polémica do citado passo bíblico.<sup>91</sup>

O códice em apreço exhibe uma estrutura muito similar à do manuscrito que se conserva na Biblioteca Pública Municipal do Porto, com os capítulos seguidos de títulos orientadores de leitura, facto que já não ocorre no outro manuscrito da Biblioteca Nacional, indiciando maior proximidade e patenteando um reduzido número de variantes relativamente ao mesmo texto. No entanto, a sua apresentação deixa muito a desejar, denotando algum descuido e negligência do copista: fólios inutilizados,<sup>92</sup> em branco,<sup>93</sup> com rasuras frequentes.<sup>94</sup>

A sua leitura fornece, porém, um dado que merece justo destaque. De todos os manuscritos, é este aquele que veicula maior número de notas marginais e interlineares, algumas de notável desenvolvimento, que pela análise da escrita parecem ser da lavra do próprio copista, ampliando o texto,<sup>95</sup> esclarecendo e interpretando passagens obscuras,<sup>96</sup> descodificando termos imperceptíveis,<sup>97</sup> ou polemicando mesmo com o autor a propósito de certo sentido atribuído pela sua exegese bíblica a determinado versículo.<sup>98</sup>

---

<sup>90</sup> *BNL Cod. 400*, fls. 13-40 v.º.

<sup>91</sup> *BNL Cod. 400*, fls. 41 v.º- 71 v.º

<sup>92</sup> *BNL Cod. 400*, fls. 40-41.

<sup>93</sup> *BNL Cod. 400*, fls. 38 v.º, 42 v.º, 53 v.º

<sup>94</sup> A título meramente indicativo, cfr. *BNL Cod. 400*, fls. 2 v.º, 4, 7 v.º, 11, 22, 26, 26 v.º, 27, 33, 34, 38.

<sup>95</sup> *BNL Cod. 400*, fl. 53.

<sup>96</sup> *BNL Cod. 400*, fls. 54, 56, 60, 71.

<sup>97</sup> *BNL Cod. 400*, fls. 38, 54, 75.

<sup>98</sup> *BNL Cod. 400*, fls. 33, 42, 63.



## BNL Cod. 810

Tal como no manuscrito anterior, deparamo-nos com uma cópia que se encontra em bom estado de conservação na secção dos reservados da Biblioteca Nacional, com letra do século XVIII, boa ortografia, de fácil leitura, fazendo parte de uma colectânea de textos messiânicos e proféticos, ocupando os fólhos 172-248 v.º do referido códice.

O frontispício, sem ornamentação, apresenta, no essencial, a mesma redacção, com ligeira alteração na disposição dos elementos – título, subtítulo e autor –, aqui distribuídos de modo mais harmonioso e cuidado. Mas oferece também um pormenor curioso, o ano de feitura da obra, "anno de 1660",<sup>99</sup> aspecto negligenciado nos restantes manuscritos.

Como nos outros textos apógrafos, manifesta idêntica arrumação das matérias, com uma estrutura externa semelhante, com um próémio,<sup>100</sup> uma primeira parte,<sup>101</sup> uma segunda,<sup>102</sup> e uma terceira.<sup>103</sup> Observando, porém, com maior atenção, revela uma significativa amostra de pontos divergentes, de que se destacam os seguintes: os diversos capítulos da segunda e terceira parte não aparecem titulados;<sup>104</sup> uma enorme abundância de variantes relativamente aos outros dois documentos, algumas, pequenas mas frequentes, mera troca de palavras aproximadas, resultante de leituras interpretativas divergentes por obscuridade do passo analisado; outras, também frequentes, sem qualquer nexu ou relação de parentesco ou semelhança com as transcritas nos documentos cotejados; algumas ainda, mais frequentes do que seria de esperar numa boa cópia, eliminando, e acrescentando, períodos e até parágrafos, e mesmo citações completas de alguma extensão.<sup>105</sup> Dispensamo-nos, aqui, neste momento, de valorizar outras modificações recorrentes, já que estas, em resultado do cotejo sistemático dos *codd. 810 da Biblioteca Nacional e 648 da Biblioteca do Porto*, aparecerão devidamente enquadradas, em breves notas, no nosso mencionado estudo introdutório à obra de Fr. João da Cruz.

---

<sup>99</sup> BNL Cod. 810, fl. 172.

<sup>100</sup> BNL Cod. 810, fls. 173-174 v.º.

<sup>101</sup> BNL Cod. 810, fls. 175-186 v.º.

<sup>102</sup> BNL Cod. 810, fls. 186 v.º-215.

<sup>103</sup> BNL Cod. 810, fls. 215-248 v.º.

<sup>104</sup> A título de exemplo, cfr. BNL Cod. 810, fls. 204v.º, 211v.º, 216, 220, 228. As mais importantes divergências que ocorrem no texto serão oportunamente destacadas, em nota, no documento estudado com base no Cod. 648 da BPMP.

<sup>105</sup> Como exemplo paradigmático de corte, quase integral, de uma longa citação, cfr. BNL Cod. 810, fl. 241 e BPMP Cod. 648, 58 v.º-59.

O documento apresenta poucas anotações ao previsível texto original, para sermos mais precisos, apenas um breve comentário crítico à leitura interpretativa, insuficiente e parcialmente desajustada dos capítulos citados, levada a cabo por Gregório de Almeida e Fr. João da Cruz.<sup>106</sup>

### **BPMP.Cod. 648**

Não se conserva provavelmente o original, mas, como se referiu anteriormente, um manuscrito do século XVIII, em bom estado geral, de relativamente fácil leitura, com apenas alguns fôlios, muito poucos, de mais complexa abordagem, quase sempre textos proféticos que circulavam intensamente e nem sempre em boas condições, em português, em espanhol ou, na sua forma mais erudita, em latim.

No ante-rostro apresenta um gracioso ornato roseiforme e, no centro da rosácea, uma breve inscrição em latim<sup>107</sup>, elemento valorativo que não surge nas anteriores cópias descritas. No frontispício, com manifesto cuidado ao nível da selecção e disposição dos diversos elementos decorativos, e evidentes preocupações de valorização estética, tal como se verifica nos anteriores documentos, também este reproduz o mesmo título, e subtítulo com a indicação do instituto religioso do autor. Não há, no entanto, qualquer referência ao ano de produção do texto. Segue-se, como nos manuscritos já recensados, um próêmio com certa extensão, e três partes com vários capítulos de importância e desenvolvimento desiguais. As partes e os capítulos que estruturam externamente o texto do tratado são sempre seguidos de títulos longos e descritivos, facto que ocorre no *Códice 400 da BN*, mas já não se verifica, como foi sublinhado, no *Códice 810* da mesma Biblioteca.

Para rematar esta curta e lacunar apresentação do manuscrito, convém ainda acrescentar que o *Códice 648* contém vários outros documentos, nomeadamente um poema de 16 cantos e 202 oitavas com o título "*Monarquia Lusitana*". Segue-se ainda uma "*Loa*" e, por fim um "*Soneto Despertador*". No último fôlio, alguém – possivelmente um livreiro, um copista, ou um simples possuidor – escreveu um "rolsito de restaurassons".

---

<sup>106</sup> Pelo seu interesse, aqui se reproduz a glosa, em toda a sua integralidade, incorporada no código da *BNL 810*, fl. 215 : "Ainda que eu me persuada ser o reino de Portugal o que Esdras viu; contudo que se enganarão assim o Dr. Gregório de Almeida, como o P. Mestre Fr. João da Cruz, a mesma experiência o tem mostrado".

<sup>107</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 1 : "*Quia odorem omnibus confero, festinanter consternor*".

\* \* \*

A publicação da obra inédita de Fr. João da Cruz apresenta, no momento actual, especiais problemas de crítica textual sem solução adequada. De facto, para além das três versões conhecidas do mesmo texto<sup>108</sup>, parece legítimo supor que outras eventuais cópias manuscritas, coevas ou mais recentes, terão também circulado, com alguma expressão, nos meios mais permeáveis e afectos à crença sebástica, ignorando-se, no entanto, a qualidade e o número exacto de espécimes desaparecidos, alguns irremediavelmente perdidos, o que vem dificultar, ou tornar praticamente impossível, a elaboração/montagem de um texto plenamente fiável, que se aproxime do original, do qual não se conhecem, hoje, pistas do seu paradeiro.

Como este trabalho laborioso de arqueologia literária não foi ainda iniciado por livreiros, arquivistas, bibliotecários e estudiosos, embora não tendo nós encontrado qualquer texto impresso e referencial da obra, nem deparado, no processo de pesquisa documental com outras lições, para além das recenseadas – todas, aliás, de uma fase tardia –, tal constatação não invalida, porém, que estas não existam, dadas as consabidas deficiências de catalogação da generalidade dos arquivos portugueses. A inexistência de uma inventariação exaustiva dos manuscritos torna lícito pensar e admitir que outros textos extraviados se escondam eventualmente em miscelâneas sem o desejável e imprescindível índice.

Perante as dificuldades apontadas, optou-se, em primeiro lugar, na referida introdução ao texto inédito de Fr. João da Cruz, por oferecer uma sumária apresentação dos vários traslados conhecidos da obra primitiva; em segundo lugar, a selecção criteriosa do manuscrito de referência que possibilitasse a colação frutuosa com os restantes, visando a fixação, futura, de um texto o mais próximo possível do original. A primeira escolha, que, no final, se veio a revelar também a definitiva, recaiu no documento da *BPMP Cod. 648*, estribada em razões de vária índole, no essencial, de comodidade e acessibilidade. Na sequência de posterior cotejo e conferência cuidadosa dos três manuscritos, tendo presente que qualquer destes são cópias relativamente tardias, não coevas do autor, do século XVIII, e tornando-se impossível definir um nexó genético, ou de mera anterioridade temporal, entre estes, optou-se por oferecer um texto com base no manuscrito que nos pareceu mais completo, de melhor qualidade estética e de mais fácil e segura leitura – o espécime da *BPMP Cod. 648*.

---

108 Ver, *supra*, nota 84.

Por razões de segurança na abordagem e exame do documento, de fidelidade e rigor, anotámos, em local próprio, todas as variantes do manuscrito da *BNL Cod. 810* – o que mais se afasta do arquétipo provável, de um texto paradigma – e ainda as mais significativas, nos pontos mais controversos e obscuros, do *BNL Cod. 400*.

Na transposição do documento, visando reduzir ao mínimo as modificações descaracterizadoras do texto, introduzindo apenas as indispensáveis alterações que propiciem o acesso, de um modo mais expedito e seguro, à sua leitura, adoptaram-se as seguintes normas de transcrição:

1. Todas as abreviaturas foram desenvolvidas, com excepção dos casos pontuais em que o seu emprego é ainda, hoje, regularmente utilizado.

2. Foram separadas todas as palavras que, escritas juntas, têm significado diferente do empregado no texto; foram unidas, com idêntico critério, as que aparecem separadas.

3. A pontuação original foi mantida, seguindo-se, por vezes, em casos muito restritos e pontuais, a do manuscrito da *BNL Cod. 810*, quando clarificava o texto, aparecendo, em nota, uma chamada de atenção para a respectiva alteração;

4. O *u* e o *i* com valor consonântico grafaram-se como *v* e *j*;

5. O *j* com valor vocálico transcreve-se como *i*.

#### 1.4. *As Fontes do Reino de Portugal*

São múltiplos os autores e obras que directa ou indirectamente influenciaram, com maior ou menor peso de participação no resultado final, a confecção do tratado em presença. Da inventariação simples de todo os elementos de informação fundamentais, bem como de outros com graus diferentes de subsidiariedade, avulta uma impressão geral indesmentível – a de um frade, por agora, obscuro, de inquestionável erudição,<sup>109</sup> e bem informado, com uma "biblioteca" relativamente rica e variada, cobrindo um vasto campo de saberes que se estende da História, sagrada e profana, à Linguística, à Literatura, Filosofia e Teologia, Direito, nacional e internacional.

Do elenco de obras fundamentais, extractadas ao longo do texto e glosadas com pormenorizada atenção e daquelas que merecem uma referência explícita mais breve e fugidia, aqui se dá uma primeira notícia, seriando-as de

---

<sup>109</sup> José Van den BESSELAAR, *O Sebastianismo...* ed. cit., 112. Ver ainda: Diogo Barbosa MACHADO, *Biblioteca Lusitana*, t. IV, ed. cit., 178.

acordo com um critério simultâneamente quantitativo e qualitativo, baseado no número e frequência das citações, de comentários concordantes ou discordantes que despoletam, extensão das referências indiciadoras da configuração real e efectiva do seu contributo na economia da obra.

#### IV Esdras

O primeiro lugar – muito destacado, diga-se de passagem – é atribuído ao texto bíblico, não canónico, de *Esdras*, como o título sugere, "Reyno de Portugal; sua criação e sucessos prophetizado pello ceo a Esdras nos capitulos 11; 12; 13 do seu livro 4<sup>o</sup>".<sup>110</sup> Aliás, o autor explicitamente o reconhece logo no prómio,<sup>111</sup> onde refere os propósitos e finalidades da obra. Aí se enunciam, de modo programático, os princípios e fundamentos orientadores do texto, bem como as justificações exigíveis do comento<sup>112</sup> de um livro que a Igreja, no momento da gestação da obra, tinha já afastado da lista dos textos revelados de um livro que a Igreja, no momento da gestação da obra, tinha já afastado da lista dos textos revelados,<sup>113</sup> conferindo-lhe, no entanto, um estatuto de particular aceitação e dignidade.<sup>114</sup>

A importância do texto de *Esdras* é de tal ordem de grandeza no contexto da obra que toda a sua primeira parte constitui uma mera reprodução versículo a versículo do apocalipse não canónico do profeta, seguido da respectiva versão portuguesa. A presença de *Esdras* que se insinua no título, ganha corpo no prómio, ocupa o lugar central de toda a primeira parte, como se reconhece em subtítulo: "Em que se trata dos sonhos e vizoins de *Esdras* e explicação que Deos sobre elles lhe deu de que falla nos capitulos. 11, 12; e 13: do seu livro IV".<sup>115</sup>; E os vários capítulos da obra confirmam totalmente o que fica dito. No primeiro, refere-se sumariamente o sonho inicial do profeta<sup>116</sup>no segundo,

---

<sup>110</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 2.

<sup>111</sup> *BPMP Cod.*, fl.3: "(...) (porque não pertendo ser comentador de *Esdras*) tomo só por assunto deste breve tratado a parte daquelles seus tão admiraveis, como prodigiosos sonhos e visões que refere nos capitulos 11, 12 e 13 do seu livro 4<sup>o</sup>". Para sermos inteiramente verdadeiros, temos de reconhecer que, embora maioritários, não são esses exclusivamente os capitulos trazidos à colação. Há várias menções furtivas de outros capitulos do mesmo Livro IV, nomeadamente o 5<sup>o</sup>, 14<sup>o</sup> e 15<sup>o</sup>. Cfr. *BPMP Cod. 648*, fls. 49,49 v.º e 55

<sup>112</sup> *BPMP Cod.*, fls.3-3v.º

<sup>113</sup> *Ecclesiae Documenta. Concilium Tridentinum (sessio 4, 8 aprilis 1546). Decretum de Canonicis Scripturis*, in *Biblia Sacra iuxta Vulgatam Clementinam*, BAC, Matriti, 1959, IX.

<sup>114</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 5.

<sup>115</sup> *BPMP Cod 648*, fl. 5 v.º e ss..

<sup>116</sup> *BPMP Cod 648*, fl. 5 v.º e ss..

relata-se a interpretação divina do primeiro sonho<sup>117</sup>; no terceiro dá-se a conhecer o conteúdo do segunda visão<sup>118</sup>; no quarto e último, segue-se a respectiva iluminação do segundo sonho.<sup>119</sup>

Até ao fim da obra a presença de Esdras é uma constante, mas a dimensão esmagadora assumida nos capítulos iniciais vai-se esbatendo progressivamente, de acordo com a organização das matérias em discussão. Na segunda parte, assumindo o texto uma feição marcadamente hermenêutica, e menos narrativa e expositiva, a descodificação dos sentidos ocultos do livro não canônico, "Que reynos e reis sejam os que se conthem nestes sonhos e vizoins"<sup>120</sup>, é compartilhada com a crítica de posições exegéticas conflitantes. Assim, no capítulo 1º, procede-se a uma exposição breve do comentário de Gregório de Almeida produzido a partir dos mesmos factos narrados, seguido de um juízo crítico global com a perspectiva do frade dominicano, assinalando os pontos de contacto, mas marcando bem as profundas diferenças de interpretação.<sup>121</sup> No capítulo 2º, acentua-se o tom polémico que caracteriza a obra, surgindo nesta fase Esdras, menos como texto e mais pretexto, ao serviço de jogos de poder, de aproveitamentos políticos oportunistas;<sup>122</sup> no terceiro, apresenta-se a leitura mais conseguida, no entendimento do dominicano, a única aceitável e verdadeira;<sup>123</sup> no quarto, prossegue-se a fundamentação com novos argumentos, intentando demonstrar constituir Portugal e seus dirigentes o assunto nuclear das visões de Esdras;<sup>124</sup> no quinto, assiste-se a uma intensificação da mesma linha argumentativa, adicionando novas evidências, com o propósito de reforçar e dar maior credibilidade a toda a fundamentação anterior;<sup>125</sup> no sexto, com a apresentação dos três últimos fundamentos, se coroa o edifício probatório, num encastelamento de razões dirigidas à irrefragável identificação do reino de Esdras e Portugal.<sup>126</sup>

---

<sup>117</sup> *BPMP Cod. 648*, fls. 7 v.º e ss..

<sup>118</sup> *BPMP Cod 648*, fls. 9 e ss..

<sup>119</sup> *BPMP Cod 648*, fls. 10 e ss..

<sup>120</sup> *BPMP Cod 648*, fl. 12.

<sup>121</sup> *BPMP Cod 648*, fls. 13 e ss..

<sup>122</sup> *BPMP Cod 648*, fls. 17 e ss..

<sup>123</sup> *BPMP Cod 648*, fls. 19 e ss..

<sup>124</sup> *BPMP Cod 648*, fls. 23 v.º e ss..

<sup>125</sup> *BPMP Cod 648*, fls. 26 v.º e ss..

<sup>126</sup> *BPMP Cod 648*, fls. 31 v.º e ss..

Na terceira parte, mais extensa e desenvolvida, "em que se trata do leão que Esdras vio nas suas vizoins"<sup>127</sup>, explicitamente apontada como a mais importante e decisiva do breve tratado, figurando as precedentes como prelúdio e preparação do acto final, como também, aliás, acontece no texto profético, "porque o principal intento de Esdras, nestas suas vizoins seja tratar de um leão que nellas vio estar bramindo",<sup>128</sup> o domínio da presença de Esdras não é tão perceptível, como se poderia esperar, partilhando um espaço com outras múltiplas influências, fontes e subsídios, de que importa destacar um importante núcleo de vaticínios.

No capítulo 1º, procede-se à qualificação do leão que Esdras "vio vigiando e bramindo do bosque",<sup>129</sup> com os diversos nomes sob os quais se oculta e se esconde, "o de leão",<sup>130</sup> "o de vento",<sup>131</sup> "homem que convalescia",<sup>132</sup> e, por último, "o de varão".<sup>133</sup>

O segundo capítulo, compatibilizando o texto de Esdras com oráculos e vaticínios de homens dignos de crédito pela sua virtude e saber, nacionais e estrangeiros, procura responder, de um modo definitivo e indiscutível, à questão da exacta identidade do rei português que se vaticina na visão do reformador hebreu.<sup>134</sup>

O capítulo 3º, manejando profecias de vária origem, em paralelo com o texto de Esdras, visa sondar a localização precisa da proveniência do leão que prefigura o rei nacional.<sup>135</sup>

O quarto capítulo, conjugando vários excertos de Esdras com profecias populares prestigiadas, de larga irradiação, — do Cartuxo, Sibila, Bocarro e Rosaselsa —, mobiliza argumentos para definir e particularizar as circunstâncias concretas que rodeiam o aparecimento do leão, a forma precisa da sua manifestação em poder e glória, acompanhado "de milhares de pessoas virtuosas."<sup>136</sup>

---

<sup>127</sup> BPMP Cod 648, fl. 35 v.º.

<sup>128</sup> BPMP Cod 648, fl. 35 v.º.

<sup>129</sup> BPMP Cod 648, fl. 36.

<sup>130</sup> BPMP Cod 648, fl. 37 v.º.

<sup>131</sup> BPMP Cod 648, fl. 37 v.º.

<sup>132</sup> BPMP Cod 648, fl. 38 v.º.

<sup>133</sup> BPMP Cod 648, fl. 38 v.º.

<sup>134</sup> BPMP Cod 648, fls. 39 v.º e ss..

<sup>135</sup> BPMP Cod 648, fls. 45 v.º e ss..

<sup>136</sup> BPMP Cod 648, fl. 49: "*cum milibus caeli*".

O capítulo 5º, aproximando, mais uma vez, excertos de Esdras, com profecias de grande difusão no tempo – do ermitão de Monserrate, ourives de Braga, Sibila, Rocaselsa –, visa decifrar o itinerário da jornada de regresso do Leão, quando chegar a hora do encoberto se descobrir e manifestar ao mundo.<sup>137</sup>

No capítulo 6º, tirando partido das indicações contidas em Esdras, confirmadas e avalizadas por posteriores manifestações da divindade, pela boca de varões de comprovada idoneidade moral ou mesmo de santidade notoriamente reconhecida – Fr. Gil, Pedro de Frias, Ermitão de Monserrate e de Guadalupe –, determina-se a intenção que preside à deslocação do Leão do seu esconderijo em direcção ao seu reino.<sup>138</sup>

O capítulo 7º debate a problemática do tempo certo do acto manifestativo, da revelação do "prodigioso Leão", com base nos versículos de Esdras – capítulos 5, 12 e 13 –, enumerando os sinais que antecedem e preparam a vinda do Encoberto.<sup>139</sup>

No capítulo 8º, há apenas uma apressada e curta referência a Esdras, que não particularizava um tempo certo e fixo, consagrando-o autor, quase exclusivamente, a uma exposição de vaticínios que indicam uma data concreta para o grande acontecimento.<sup>140</sup>

No capítulo 9º acentua-se, de novo, a presença do texto inspirador de Esdras, agora combinado com extractos do Velho e Novo Testamento, com comentários avulsos de teólogos e Doutores da Igreja, pretextando constituir uma resposta clara e final às objecções dos oponentes à orientação exegética desenvolvida ao longo do tratado.<sup>141</sup>

O primeiro lugar, no conjunto vasto das fontes, é incontestavelmente ocupado por *Esdras – Livro IV*, capítulos XI, XII e XIII –, facto que não deve causar qualquer perplexidade, já que o tratado é um comentário dos referidos versículos, como aliás o autor não deixa de advertir o leitor, logo no próêmio, para essa particularidade, de a obra constituir um breve tratado com um objecto muito limitado, circunscrito apenas aos capítulos mencionados, os que prefiguram o reino e os reis de Portugal: "[...] (porque não pertendo ser comentador de Esdras) tomo só por assumpto deste breve tratado a parte

<sup>137</sup> *BPMP Cod 648*, fls. 50 e ss..

<sup>138</sup> *BPMP Cod 648*, fls.53 v.º e ss..

<sup>139</sup> *BPMP Cod 648*, fls. 54 v.º e ss..

<sup>140</sup> *BPMP Cod 648*, fls. 58 e ss..

<sup>141</sup> *BPMP Cod 648*, fls. 60 e ss..



daquelles seus tão admiraveis como prodigiosos, sonhos, e vizoins que refere nos capitulos 11, 12, e 13 do seu Livro IV".<sup>142</sup>

### *Restauração de Portugal Prodigiosa*

A segunda posição no elenco das influências condicionantes, ou determinantes do presente comentário, parece ser de atribuir inegavelmente a Gregório de Almeida e sua obra, *Restauração de Portugal Prodigiosa*,<sup>143</sup> cujo capítulo terceiro se debruça, com outra orientação, à exegese dos mesmos versículos de Esdras. O diálogo bastante vivo, e por vezes bem humorado,<sup>144</sup> inicia-se ao abrir da 2ª parte e acompanha-nos, com grande visibilidade, ao longo dos dois primeiros capítulos, e esporadicamente – quase sempre em oposição – no capítulo sexto.<sup>145</sup> As opiniões de Gregório de Almeida, mencionadas nos capítulos referidos, são objecto de exame aprofundado e rejeitadas, após laborioso processo argumentativo, sempre que configuram uma solução divergente, como acontece na identificação do Encoberto prefigurado em Esdras e a figura real de D. João IV.

### *Os Textos Vetero e Neotestamentários*

Um terceiro corpo, com uma distribuição menos homogénea e mais localizada, concentra-se na 3ª parte da obra, consagrada à identificação do "Encoberto", à excepção de um curto excerto – seguido, embora, de um longo

---

<sup>142</sup> BPMP Cod 648, fl. 3.

<sup>143</sup> Obra de inflamado e insofismável zelo patriótico, com uma notável colecção de eventos sobrenaturais e maravilhosos, configurando uma perspectiva da evolução dos acontecimentos pátrios inequivocamente favorável ao partido joanino, a edição utilizada pelo frade dominicano deve ter sido a que se segue: Gregório de ALMEIDA, *Restauração de Portugal Prodigiosa*, António Alvares, Lisboa, 1643; 3ª parte, 1644. Autor e obra gozaram de excepcional prestígio em todo o século XVII. Este jesuíta, como avisadamente refere Lúcio de AZEVEDO, tendo coligido na sua obra "os prodígios relativos à aclamação de D. João IV, enumerou os vaticínios, e foi o doutor por excelência do messianismo restaurador" (*A Evolução do Sebastianismo*, Lisboa, 1984, 63). Ver, ainda, sobre a natureza e impacto da obra, Hernâni CIDADE, *A Literatura Autonomista sob os Filipes*, Liv. Sá da Costa, Lisboa, s/d, 249 e 250. Existe uma edição relativamente recente, mas incompleta, publicada sob a direcção de Damião PERES (Barcelos, 1939). No nosso estudo, utilizámos, porém, para as citações, a 2ª edição, num único volume, do século XVIII (Lisboa, 1753).

<sup>144</sup> Veja-se, a título de exemplo, o trocadilho sobre a Tapada de Vila Viçosa. Cfr. BPMP Cod 648, fl. 17 v.º.

<sup>145</sup> BPMP Cod 648, fls. 33 v. e ss..

comentário – do profeta Daniel<sup>146</sup>, é constituído por textos bíblicos, com predomínio de perícopas veterotestamentárias. Os autores e livros sagrados do VT mais frequentemente revisitados, ou objecto de simples referência alusiva, são os seguintes: I Reis,<sup>147</sup> Eclesiástico,<sup>148</sup> Salmos,<sup>149</sup> Miqueias,<sup>150</sup> Judite,<sup>151</sup> Génesis.<sup>152</sup>

Os fragmentos neotestamentários são escassos, concentrando-se no capítulo final, onde se responde às eventuais objecções suscitadas pela interpretação vertida no tratado, e se aprofunda o debate em torno da questão controvertida da identificação do "Encoberto", da problemática complexa do Anticristo, e, marginalmente, da 1ª e 2ª vinda de Cristo. Resumem-se, praticamente, aos evangelistas Marcos<sup>153</sup> e Mateus<sup>154</sup> e ao apóstolo dos gentios, Paulo de Tarso.<sup>155</sup>

### *Textos Proféticos*

Um quarto bloco importante na elaboração do texto é constituído, como já se terá percebido, por um conjunto vasto e diversificado de profecias, umas "caseiras", outras importadas, eruditas algumas, de sabor popular outras, mas quase todas elas com grande curso, como se depreende da sua inclusão em

<sup>146</sup> *BPMP Cod 648*, fls. 19 v.º e ss..O episódio narrado a propósito da explicação do sonho de Nabucodonosor, com pontos de contacto evidentes com a visão de Esdras, vem referido em *Daniel* 2, 36-45. O profeta dá início ao discurso, louvando a grandeza e o poderio do monarca, como era prática corrente, atribuindo-lhe o título de "Rei dos Reis" (v. 37). Daniel oferece apenas a identificação do 1º reino, referindo que as matérias de nobreza desigual da estátua misteriosa simbolizavam uma sequência cronológica de reinos. A cabeça de ouro prefiguraria o império de Nabucodonosor (v.38). Sobre os restantes, os mais prestigiados exegetas divergem. Ver, sobre o último reino que jamais seria destruído, simbolizado na pedra que choca contra a estátua, e toda a problemática de identificação dos reinos, Maximiliano GARCIA CORDERO, *Bíblia Comentada, Livros Proféticos*, III, BAC, Madrid, 1961, 1000-1003.

<sup>147</sup> *I Regum* 2, 10. Ver, ainda, *BPMP Cod. 648*, fls. 39 v.º e 53 v.º-54.

<sup>148</sup> *Ecclesiasticus* 10, 3-4; 11, 12-13. Vide: *BPMP Cod. 648*, fls. 44 e 53 v.º.

<sup>149</sup> *Psalms* 134,7. Ver: *BPMP Cod. 648*, fl. 38.

<sup>150</sup> *Michaeas* 5, 2. Ver: *BPMP Cod. 648*, fl. 51.

<sup>151</sup> *Judith* 8,13. Vide: *BPMP Cod. 648*, fl. 59 v.º.

<sup>152</sup> *Genesis* 6, 2. Ver: *BPMP Cod. 648*, fl. 61.

<sup>153</sup> *Mc* 2, 5. Ver, ainda, *BPMP Cod. 648*, fl. 61.

<sup>154</sup> *Mt* 11,21. Vide: *BPMP Cod. 648*, fl. 61 v.º.

<sup>155</sup> *I Thess* 5,5. Ver *BPMP Cod. 648*, fl. 61.

múltiplas colectâneas, em papéis volantes, em textos impressos e manuscritos, na literatura de cariz religioso ou panfletário, em sermões e tratados, parecendo.

Este conjunto muito significativo de vaticínios desempenha na arquitectura da obra, como o autor refere, duas finalidades concretas, mas de importância desigual: comprovar, por um lado, a plena legitimidade da identificação do Leão de Esdras com a figura de D. Sebastião e satisfazer, por outro, a curiosidade lúdica dos apaixonados da literatura oracular: "E quanto lhe convenha o nome de Leão [a D. Sebastião] mostram bem muitas profecias que nelle fallão de que apontarei algúas assim para abono do que escrevo, como para que tãobem tenham os curiozos com que se entretenham." <sup>156</sup>

Convocadas como reforço e ratificação da exegese do texto de Esdras, culminando toda a argumentação precedente, são estas profecias arrumadas nos capítulos finais da 3ª parte do tratado. Apenas uma – o caso especialíssimo do vaticínio de Ourique – merece um tratamento mais aprofundado e desenvolvido na 2ª parte (cap. III), onde se intenta desenhar um paralelismo inequívoco entre o nascimento de Portugal nos campos de Ourique e o último reino de que falava Daniel. Estes, na leitura de Fr. João da Cruz, diferenciar-se-iam dos restantes que os antecederam pela sua criação originária de iniciativa divina – contínua assistência e solicitude ao longo das vicissitudes da história –, garante de um futuro radioso. <sup>157</sup>

Alguns destes oráculos – maioritariamente de proveniência masculina e, na quase totalidade, da autoria de (ou atribuídos a) membros do clero regular – eram lidos com tanto apreço e familiaridade e glosados com tanta frequência que rivalizavam em prestígio e credibilidade com os vaticínios contidos nos livros proféticos da Sagrada Escritura. <sup>158</sup>

Fr. João de Rocacelsa abre o elenco numeroso de autores de profecias de largo consumo cultural, aparecendo trovas que lhe são atribuídas por inúmeras miscelâneas e tratados do período da Restauração. É este inquestionavelmente

---

<sup>156</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 41.

<sup>157</sup> *BPMP Cod. 648*, fls. 19 e ss..

<sup>158</sup> As condições culturais da época – a mentalidade conservadora e passadista, os constrangimentos sociais, políticos e religiosos – permitiam que um sector alargado da população culta do reino, as elites e não apenas a gente simples, acreditasse, ainda no século XVII, em prognósticos infalíveis com base na observação dos astros, em mitos universalistas de domínio temporal e espiritual à escala planetária, nas doutrinas cabalísticas da reencarnação e metempsicose, do milagre permanente, um clima de "maravilha" que novos vaticínios – muitos forjados evidentemente – alimentavam continuamente e onde "Bandarra, S. Fr. Gil, o Beato Amador, o Cartuxo, S. Metódio gozavam do mesmo crédito que os profetas hebreus ou o Apocalipse." Cf. António José SARAIVA e Óscar LOPES, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, 1975, 569.

um dos nomes mais prestigiados entre os sebastianistas e, sem dúvida, apreciado por Fr. João da Cruz que o cita com frequência.<sup>159</sup>

Mas outras figuras conceituadas gozavam também da sua estima e preferência, merecendo destaque especial Bocarro<sup>160</sup> e suas obras poéticas *Anacephaleosis da monarchia lusitana* e *Fasciculus trium verarum Propositionum Astronomicae, Astrologicae et Philosophicae*. A primeira vem citada nos capítulos III e IV da terceira parte no intuito de corroborar a sua tese do regresso, devidamente acompanhado, de D. Sebastião da ilha encoberta, local onde se mantivera oculto e vigilante, aguardando o momento de se revelar aos olhos do mundo. No capítulo VII, um longo excerto da mesma obra é utilizado com a intenção de mostrar a sintonia perfeita, na enumeração dos sinais que antecedem a aparição do Encoberto, no texto de Esdras e na visão profética de Bocarro - um cenário incontornável de destruição e dor na marcha vitoriosa rumo à felicidade prometida. O *Feito Astrológico*, como aparece designado por Fr. João da Cruz, constituindo a *Propositio Secunda Astrologica, Foetus Astrologici*, uma das três em que a segunda obra referenciada aparece dividida, remata o capítulo VII, enfatizando a mesma nota de pessimismo e insegurança, o clima de intranquilidade e sofrimento que precederá inexoravelmente as venturas e felicidades logradas com a vinda do Encoberto.

Para além dos textos de Rocacelsa e Bocarro, muitos outros pequenos excertos são reproduzidos (cap. II a VIII) para os pormenores da identificação do Encoberto e seu reconhecimento na pessoa de D. Sebastião, esclarecimento das principais questões associadas à sua manifestação futura - modo e lugar da sua vinda, destino da sua caminhada, finalidades e tempo do regresso -, aspectos a que o tratado dá particular atenção. É a seguinte a extensa lista ordenada dos vários autores citados na obra de Fr. João da Cruz: Sibila Eritreia,<sup>161</sup> D. Miguel de Castro,<sup>162</sup> S. Isidoro,<sup>163</sup> o Cartuxo,<sup>164</sup> o ermitão de

---

<sup>159</sup> *BPMP Cod. 648*, fls. 41, 42 v.º, 44v.º, 47 v.º, 50, 51 v.º, 53, 56 v.º, 59. Algumas informações adicionais sobre o fenómeno da irradiação das coplas em análise - e das que se seguem - bem como a dilucidação de aspectos mais relevantes da biografia do religioso franciscano, e não beneditino como, certamente por equívoco, o texto recorrentemente sugere, serão colocadas em pequenas notas, em local próprio, tirando partido de uma maior relação de proximidade com o texto transcrito, e evitando deste modo duplicações desnecessárias. Sobre a confusão generalizada acerca do instituto religioso de Fr. João de Rocacelsa, veja-se, por exemplo, *BNL Cod. 7211*, fls. 11 e 78; *BNL Cod. 400*, fls. 145 e 255; *BNL Cod. 627*, fl. 31; *BPMP Cod. 484* fl. 137.

<sup>160</sup> *BMP Cod. 648*, fls. 47 v.º, 49 v.º, 50, 56 v.º, 57, 57 v.º.

<sup>161</sup> *BPMP Cod. 648*, fls. 41 v.º, 45, 47, 49 v.º, 51, 56, 56 v.º.

<sup>162</sup> *BPMP Cod. 648*, fls. 41, 45, 47 v.º.

<sup>163</sup> *BPMP Cod. 648*, fls. 41 v.º, 43, 45.

<sup>164</sup> *BPMP Cod. 648*, fls. 45 e 49 v.º.

Guadalupe,<sup>165</sup> Pedro de Frias,<sup>166</sup> Fr. Gil (ermitão Gil),<sup>167</sup> S. Pedro de Alcântara,<sup>168</sup> Sibila Cassandra,<sup>169</sup> Fr. Pedro de Cristo, o Arrábido,<sup>170</sup> S. Tomé de Miliapor,<sup>171</sup> Leonor Rodrigues,<sup>172</sup> Simão Nunes, ourives de Braga.<sup>173</sup>

Apresentados de modo sucinto alguns nomes de personalidades reais ou fictícias, mas cuja autoria na época era – ou se queria – inquestionável, gozando de larga aceitação em certos meios sociais, mesmo dos mais cultos, ligados à temática religiosa e política e em sintonia com o contexto de ansiedade e turbulência que caracteriza todo o período da Restauração, passemos, agora a um outro domínio do saber com alguma influência na concepção ou desenvolvimento do documento em estudo. Estamos a referir-nos à Historiografia, nacional e universal, religiosa e profana, área que pelos autores e textos convocados documentam uma apreciável erudição e familiaridade com obras antigas e recentes, algumas de difícil identificação, que, em Portugal e no estrangeiro, iam sendo publicitadas.

### *Terceira Parte da Monarquia Lusitana*

Apenas na 2ª parte – já que a 1ª, como é sabido, não vai além da reprodução dos conteúdos dos versículos de Esdras, em Latim e Português, tomados como assunto e ponto de partida do tratado – Fr. João da Cruz recorre à autoridade de cronistas do reino para fundamentar seus pontos de vista ou esclarecer determinadas questões, em seu entender, mal resolvidas. O primeiro dos historiógrafos trazidos à colação é o frade alcobacense, Fr. António Brandão e a

---

<sup>165</sup> *BPMP Cod. 648*, fls. 54 e 58 v.º.

<sup>166</sup> *BPMP Cod. 648*, fls. 51 e 53.

<sup>167</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 53.

<sup>168</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 43.

<sup>169</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 45.

<sup>170</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 53.

<sup>171</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 41.

<sup>172</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 51 v.º.

<sup>173</sup> *BPMP Cod. 648*, fls. 45 e 51 v.º.

*Monarquia Lusitana*,<sup>174</sup> com o intuito de evidenciar a harmonia da sua leitura do texto de Esdras, com a simetria perfeita entre as asas e cabeças da Águia e o seu cômputo dos reis de Portugal, fornecendo-lhe argumentos sólidos para a polémica com Gregório de Almeida, aspectos pouco divulgados da realidade nacional referente aos primeiros reinados de Portugal,<sup>175</sup> ou ainda para manifestar sua discordância sobre algumas questões de pormenor da narrativa do religioso alcobacense.<sup>176</sup>

No capítulo 1º, apoia-se na opinião de Fr. António Brandão, para sustentar a realeza de D. Teresa e o senhorio absoluto do conde D. Henrique e contraditar, assim, a versão apresentada por Gregório de Almeida que inicia a contagem dos monarcas portugueses em D. Afonso Henriques. No terceiro capítulo, para o pormenor do número de combatentes do exército de Ismário em Ourique, socorre-se de novo do respeitável cronista alcobacense que menciona um dado colhido nas *Antiguidades da Lusitânia* de André de Resende. No quarto capítulo, a propósito da questão controvertida da idade de D. Afonso Henriques no momento preciso em que ocorreu sua morte, reconhecendo embora o prestígio e autoridade do cronista, discute as fontes de que este se

<sup>174</sup> *BPMP Cod. 648*, fls. 16, 16 v.º, 22, 23 v.º, 24 v.º. *A Terceira Parte da Monarquia Lusitana*, publicada em Lisboa, no ano de 1632, é uma obra de referência obrigatória para o estudo sério dos primórdios da monarquia portuguesa. Do seu rigor e probidade afirmara A. HERCULANO, a propósito do litígio desencadeado pela relutância de Afonso II em cumprir escrupulosamente as disposições testamentárias de seu pai: "A opinião do mais grave dos nossos historiadores é que, pelo que respeita a Theresa e Sancha, as suas pretensões foram legítimas, e esta opinião é, até certo ponto, bem fundada" (*História de Portugal*, Tom. II, dir. de David Lopes, Liv. Aillaud e Bertrand, Paris-Lisboa, 16). Respondendo, certamente, a uma apreciável procura por parte das elites culturais do reino, foi a obra reimpressa várias vezes nos séculos XVII e XIX: por Pedro Craesbeck (Lisboa, 1690) e pela Academia Real das Ciências (Lisboa, 1806). No nosso, estudo utilizámos, para as citações, a edição *Princesps* de 1632.

<sup>175</sup> *BPMP Cod. 648*, fls., 16 e 16 v.º, 22, 23 v.º, 24 v.º. Sobre o inventário e juízo crítico das fontes para a batalha de Ourique, vide: Alexandre HERCULANO, *História de Portugal*, tom. II, ed. cit., 174-287. Para o problema da qualificação jurídica do senhorio do conde D. Henrique, cfr. Alexandre HERCULANO, *História de Portugal*, ed. cit., 20, 240-243. Para os aspectos disputados da legitimidade ou bastardia de D. Teresa, ver, do mesmo autor, *História de Portugal*, ed. cit., 17, 229-238.

<sup>176</sup> *BPMP Cod. 648*, fls. 23 v.º, 24 e 24 v.º. Sobre a questão controvertida do nascimento de D. Afonso I e da real valia das fontes consultadas ou publicadas por Brandão, retenha-se a apreciação não muito conclusiva de A. HERCULANO: "A data verdadeira do nascimento de Afonso I é ainda hoje disputada. A *Chronica dos Godos*, contradizendo-se a si própria assigna-lhe duas diversas – a de 1111 e a de 1113. "E, um pouco mais abaixo, continua: "*A Relação da tomada de Santarém* (*Mon. Lusit.* p. 3, Ap.) cuja fê para alguém é duvidosa, estabelece-lhe a data de 1110. *O Livro de Linhagens*, atribuído ao conde D. Pedro, parece concordar nessa mesma....". Não muito convencido, remata: "No meio de tanta incerteza, preferimos o testemunho da *Chronica dos Godos*, por ser a que unicamente reputamos contemporânea" (*História de Portugal*, ed. cit., 114, 259-260).

serve – *Relatório da conquista de Santarém, História dos Godos* e o *Livro das Gerações do conde D. Pedro* –, procurando evidenciar a fragilidade da base documental, e não segue a sua opinião. A mesma postura crítica é adoptada em relação ao apuramento da duração efectiva do reinado de D. Afonso Henriques, censurando a preferência de Fr. António Brandão que privilegia os documentos anteriores, desvalorizando ou não tirando o devido partido das opiniões de João de Barros na *Terceira Década da Ásia*, dos dados colhidos na *Vida de S. Teotónio* e numa *Memória do Mosteiro de Alcobaça*, documentos de que, aliás, faz menção na *Monarquia Lusitana*.

### **Outros Contributos Menores**

Para além de Fr. António Brandão cuja autoridade e prestígio justificam várias chamadas ao texto, outros com menor participação são também episodicamente revisitados. Merece, ainda, uma fugidia atenção a pequena listagem dos contributos menores, empíricamente comprovada no número, volume, frequência e tipo de aproveitamento das ocorrências ao longo do texto.

O primeiro deste numeroso grupo de autores consagrados é, como, com alguma simplificação, se lhe refere, Sistosenense<sup>177</sup> e a sua obra, *Biblioteca Santa*, citados logo no próêmio, veiculando a posição de dois insignes Padres da Igreja – S. Ambrósio e S. Agostinho – sobre a temática da canonicidade do *Livro IV de Esdras. A História dos Godos*<sup>178</sup> é outra das múltiplas fontes narrativas de que Fr. João da Cruz se serve. No capítulo 3º, é aproveitada a sua descrição dos numerosos acompanhantes do Miramolim Iosefo em Santarém.

A elaboração do retrato D. Sebastião, no capítulo 2º da Terceira Parte, em especial as qualidades morais e militares, é alicerçada na referência extremamente positiva contida nas *Anacephalaeoses, id est, Suma Capita actorem regum Lusitaniae* do P. António de Vasconcelos.<sup>179</sup> Sobre a problemática existência da ilha encoberta, onde D. Sebastião permaneceria oculto, alude, de modo conciso, aos múltiplos testemunhos, relatos e referências várias incluídas num extenso elenco de autores e algumas obras – Fr. Bernardo

---

<sup>177</sup> BPMP Cod. 648, fl. 3. De modo idêntico ao utilizado com o núcleo de textos proféticos, os aspectos relacionados com a vida e a obra deste e dos autores subsequentes serão, sempre que possível, apresentados, de forma abreviada, em pequenas notas junto do texto transcrito.

<sup>178</sup> BPMP Cod. 648, fls. 22- 22 v.º.

<sup>179</sup> BPMP Cod. 648, fl. 40 v.

de Brito,<sup>180</sup> Manuel Faria de Sousa, *Epítome Universal*,<sup>181</sup> João Hugo, *Viagens da Índia*,<sup>182</sup> Fr. João Gonçalves de Mendonça, *Itinerário do Mundo*,<sup>183</sup> Galvão, *Das Molucas*,<sup>184</sup> Pedro Medina,<sup>185</sup> S. Anselmo,<sup>186</sup> João Botero, *Razões de Estado*<sup>187</sup>.

Na questão da origem mítica de Lisboa e dos seus lendários reis, concretamente Gorgoris e sua filha Calypso, deposita total confiança no poema heróico de Gabriel Pereira Castro, *A Ulisseia*.<sup>188</sup> Ao tratar, no capítulo final da obra, a complexa matéria do Anticristo, as autoridades invocadas, para a sua caracterização, proveniência e manifestação, são os dois representantes máximos do pensamento filosófico e teológico da cristandade – S. Agostinho, *O Anticristo*,<sup>189</sup> e S. Tomás.<sup>190</sup> Comentadores bíblicos, canonistas e especialistas nas Letras Sagradas e profanas – S. Bernardo,<sup>191</sup> Fr. Lourenço Vilavicêncio (*Frases da Escritura*) Calepino,<sup>192</sup> Genebrardo (*Davidis Psalmi*)<sup>193</sup> S. Irineu,<sup>194</sup> Oleastro (*Genesis*)<sup>195</sup>, Cartagena (*De Ressurrectione Christi*)<sup>196</sup> –, proporcionam, ainda, uma importante base documental e de erudição em que alicerça o seu tratado.

Ilídio Rodrigues

---

<sup>180</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 47.

<sup>181</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 47.

<sup>182</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 47.

<sup>183</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 47.

<sup>184</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 47.

<sup>185</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 47.

<sup>186</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 47.

<sup>187</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 47.

<sup>188</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 51 v.º

<sup>189</sup> *BPMP Cod. 648*, fls. 61 v.º-62.

<sup>190</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 61 v.º.

<sup>191</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 17 v.º.

<sup>192</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 25.

<sup>193</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 38.

<sup>194</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 59.

<sup>195</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 61.

<sup>196</sup> *BPMP Cod. 648*, fl. 37 v.º.



**Abstract:**

*This work aims to be a contribute for the study of the Portuguese messianic phenomenon, and particularly the myth of D. Sebastião during the second half of the 17 th century. Throughout the text we give special attention to the figure of Fr. João da Cruz and to one of his works, Reino de Portugal Prophetizado a Esdras. This text is not particularly well known by the majority of those interested in the myth of D. Sebastião, therefore, it is our purpose to analyse the questions of authorship, dissemination and genealogy of the different versions of the original text, as well as the identification of their sources and context in which they were produced.*

APÊNDICE DOCUMENTAL

REINO /  
de  
Portugal; /  
sua  
criação e  
suscessos,  
/  
Prophetiz  
ado pello  
ceo / A  
Esdras,/  
Nos  
capitulos  
11: 12;  
13, / do  
seu Livro  
4º Por /  
Frei João  
da Crus /  
Religiozo  
da ordem  
de / São

Domingos

.1 // fl. 2

**Proemio**

*Ainda que ao 3º e 4º Livros de Esdras se não deve a fê, e o credito de canonicos por não serem recebidos e aprovados pella Igreja, como sabemos, que o são os seus 1º e 2º Livros. Hé contudo tal a authoridade de Esdras, tal a fama, e opinião da virtude e letras com que floreceo no povo Hebreo, que grangeando particular estimação a seus escritos, fas com que athé estes dos seus 3º e 4º Livros sem serem canonicos se avaliem, e se respeitem misteriozos. E não sem fundamento grande, pois sobre o abono de gravíssimos authores, e ainda Padres da Igreja que com elles alegão, como o são Santo Agostinho e Santo Ambrozio referidos por Sistosenensse na sua Biblioteca Santa tom. 2. lib. 8 Heresi. 11; os vemos sobre tudo isso incertos, e incorporados na Biblia Sagrada juntos aos mais que a Igreja Catholica tem didicido, e declarado por canonicos; permissão e authoridade que sem dúvida devia servir de motivo, e de confiança para serem tão aplaudidos.*

*Sendo pois este o credito, e authoridade de Esdras, tão dignos por esse respeito de se venerarem<sup>2</sup> os seus escriptos, deixando o todo que nelles se contem, (porque não pertendo ser comentador de Esdras) tomo só por assumpto deste breve tratado a parte daquelles seus tão admiraveis, como prodigiosos, sonhos, e vizoíns que refere nos capitulos 11,12, e 13 do seu Livro 4º. que obrigando a maior reparo, por suscederem a varão tão insigne, por isso mesmo ao meu intento mais misteriozos, por que me chegão a persuadir as particularidades, e siricunstancias que nelles se achão serem (se bem inigmaticas e occultas) hum compendio misteriozo e hũa rellação admiravel, do principio e creação que teve este tão illustre como famoso Reyno de Portugal, Reis que nelle reynarão, quantos, e quais hão sido em numero, e hão de ser os que o governarem athé que torne ao poder, e // fl. 3 // sujeição daquelle que morto na opinião dos incrédulos, e desconfiados, vive no dezejo e affeição dos que o esperão, se bem occulto, e escondido aos olhos de todos para que athe com a propriedade do nome verifique nelle o ceo, as emprezas, felicidades, proezas, e façanhas, que tantos centos de annos hum Santo Izidoro e depois delle muitos outros tem escripto, e tem profetizado do Encoberto.*

<sup>1</sup> BNL Cod. 810, fl. 172: "(...) Ordem de Sam Domingos. anno de 1660

<sup>2</sup> BNL Cod. 810, fl. 173: "{ (...) de se venerarem e de se admirarem...".

*E não pareça o assumpto que apontamos improprio ao spirito de hum profeta; porque se para anunciar, e para profetizar os Imperios dos Babilonios, dos Perssas, dos Gregos e dos Romanos com os seus Nabucodonosores, Alexandres, Darios, Antiochos, e Augustos com serem huns idolatras, e pestes universais do Mundo não faltarão no Texto Sagrado hum Daniel, hum Izayas, e outros que tratassem delles que muito ordenasse e quizesse o ceo ouvesse hum Esdras que profetizasse a criação, e os sucessos do Reyno e dos Reis de Portugal, Reis que com tanto zello, e fervor se empenharão por todo o Mundo na propagação da fé, e na promulgação do Evangelho; e Reyno a cujo primeiro rey aparecendo Christo ãor nosso (como sabemos que o fes no Campo de Ourique) disse queria fundar hurn Imperio que fosse seu, asim nelle, como em seus descendentes: volo enim in te et in semine tuo imperium mihi stabilire: e que seria este tal imperio para com o mesmo Christo hum reyno santificado, puro na fé, e amado deste mesmo ãor por sua piedade: Et erit mihi regnum sanctificatum, fide purum, et pietate dilectum; sendo pois este o Reyno de Portugal, e tais os seus Reis, que chegou<sup>3</sup> a ser escolhido, não menos que pello mesmo Deos para que fosse hum Imperio que tivesse o nome de seu, bem se deixa ver, que nem a tais Reis, nem a tal Reyno se podem negar conveniências para poderem ser assumpto dos vaticinios de hum profeta, nem tãobem a nós o queremos, nos não estranhem, e caluniem, a explicação que a este intento pertendemos sobre as vizoins dos ditos, 11: 12:13 capitulos do Livro 4.º do // fl. 3 v.º// mesmo Profeta, pois nellas com tanta propriedade e ajustamento de circunstâncias vemos debuxada a creação, e sucessos destes mesmos Reis, e deste mesmo Reyno; mas por que nesta materia procedamos com distincção para maior clareza supondo que estes sonhos, e vizoins de Esdras (como logo veremos) se vem a resumir em hum Reyno, que havia de haver no Mundo, Reis, e sucessos, que havia de ter, e juntamente em hum Leão em que finalmente falla o mesmo Esdras; Dividindo este prezente tratado em tres partes, trataremos na primeira dos sonhos, e vizoins que Esdras teve, e explicação que Deos lhe deu: na 2.ª do Reyno; Reis, e sucessos desse mesmo Reyno, mostrando juntamente que Reyno, e que Reis sejam estes, e na 3.ª do Leão em que falla nestes seus sonhos e nestas suas vizoins, mostrando tãobem quem seja este Leão, e o como nele se verificão os vaticinios de Esdras. // fl. 4*

---

<sup>3</sup> BNL Cod. 810, fl. 174: "(...) que chegou tudo..."

